



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA
E CIDADANIA.**

ANTÔNIO DEIRÓ FRANÇA

**CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO
BAIRRO DA PAZ: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL
MESTRE PAULO DOS ANJOS**

Salvador, BA
2016

ANTÔNIO DEIRÓ FRANÇA

**CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO
BAIRRO DA PAZ: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL
MESTRE PAULO DOS ANJOS**

Projeto de Dissertação apresentado ao Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de mestre em segurança pública.

Orientadora: Professora Doutora Sônia Cristina Lima Chaves
Co-orientadora: Professora Mestra Ana Clara de Rebouças Carvalho.

Salvador, BA
2016

F814

França, Antônio Deiró

Conselho comunitário de segurança pública no Bairro da Paz: o caso do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos / por Antônio Deiró França. – 2016.

91 f.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Sônia Cristina Lima Chaves.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, 2016.

1. Policiamento comunitário. 2. Segurança Pública. 3. Paz (Salvador, BA). I. Chaves, Sônia Cristina Lima. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD-342.0418

ANTÔNIO DEIRÓ FRANÇA

**CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO
BAIRRO DA PAZ: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL
MESTRE PAULO DOS ANJOS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública
Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão em Segurança Pública

Aprovada em 20 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Dr^a Sônia Cristina Lima Chaves
Doutora em Saúde Pública
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Dr^a Catharina Matos Soares
Doutora em Saúde Pública ISC
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Dr^a Shirley Andrade Cruz
Doutora em Saúde Pública
Universidade Federal da Bahia - UFBA

“... falta de cuidado: Estigma de nosso tempo”.
Leonardo Boff

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral, analisar a percepção dos atores envolvidos no processo de implementação do Conselho Comunitário de Segurança Pública no Bairro da Paz, no Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos, dando também suporte para o desenvolvimento do Policiamento Comunitário. Visou especificar: Caracterizar o Bairro da Paz, incluindo a história do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos no Bairro da Paz; analisar a percepção dos atores (moradores, docentes, alunos, lideranças e gestores da Polícia Militar da Bahia), sobre a violência no bairro; descrever a implementação do Conselho Comunitário de Segurança nesse bairro e analisar criticamente as potencialidades e dificuldades para implementação de conselhos participativos dessa natureza.

Foi dividida em sete capítulos, assim dispostos: primeiro capítulo refere-se à introdução; o segundo capítulo diz respeito aos objetivos geral e específico; o terceiro fala do Marco Referencial, o qual faz abordagens, abrangendo artigos com resultados de pesquisas e abordagens de literatura com diversos significados e palavras chaves; o quarto capítulo, tratar da Metodologia empregada mostrando o material utilizado para a pesquisa de campo e os procedimentos realizados no seu desenvolvimento. Foi utilizada a pesquisa exploratória descritiva, bem como foram aplicados questionários de pesquisa e entrevistas, além de pesquisa documental, seguida de tabulação, análise e interpretação.

A amostra foi constituída por 266 estudantes do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos, 28 docentes, 114 moradores e 20 Policiais Militares de graduações hierarquicamente variadas, além do Comandante do Policiamento Regional Atlântico.

No quinto capítulo abordou-se os resultados e discussão, pauta importante dessa dissertação. O sexto capítulo apresentou as considerações finais, concluindo, analisando criticamente as potencialidades e dificuldades para implementação de Conselhos Comunitários de Segurança Pública.

Palavras-chave: Conselho Comunitário de Segurança Pública; Bairro da Paz; Mobilização; Policiamento Comunitário; Segurança Pública; Escola; Comunidades.

ABSTRACT

This dissertation aims the general objective of analyzing the perception of the actors involved in the implementation process of the Community Public Security Council in Bairro da Paz, at the Paulo Paulo State School of Angels, also providing support for developing of community policing. Aimed at specifying: To characterize Bairro da Paz, including the history of Paulo Paulo State School of Angels in Bairro da Paz; analyzing the perception of the actors (residents, teachers, students, leaders and managers of the Military Police of Bahia), about violence in the neighborhood; to describe the implementation of the Community Safety Council in that neighborhood and to critically analyze the potentialities and difficulties for the implementation of participatory councils of this nature. It was divided into seven chapters, thus arranged: first chapter refers to the introduction; the second chapter deals with the general and specific objectives; the third speaks of the Referential Framework, which approaches, covering articles with research results and literature approaches with different meanings and key words; fourth chapter, deal with the Methodology used showing the material used for field research and the procedures performed in its development. Exploratory descriptive research was used, as well as research questionnaires and interviews, as well as documentary research, followed by tabulation, analysis and interpretation. The sample consisted of 266 students from the Paulo Paulo State School of Angels, 28 teachers, 114 residents and 20 Military Police Officers of hierarchically varied degrees, as well as the Commander of the Regional Atlantic Policing. In the fifth chapter we approached the results and discussion, important agenda of this dissertation. The sixth chapter presented the final considerations, concluding, analyzing critically the potentialities and difficulties for the implementation of Community Public Safety Councils.

Keywords: Community Public Security Council; Bairro da Paz; Mobilization; Community Policing; Public security; School; Communities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APOMPAZ	Instituto de Desenvolvimento Sociocultural do Bairro da Paz
BA	Bahia
BCS	Base Comunitária de Segurança
COOPERPAZ	Cooperativa de Catadores e Reciclagem de Resíduos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CONDER	Companhia de desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CDI	Comitê para Democratização da Informática
CCSP	Conselho Comunitário de Segurança
CONSEG	Conselho de Segurança
DESAL	Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBASA	Empresa Baiana de Água e saneamento
EDUFBA	Editora da Universidade Federal da Bahia
FEASEPEB	Federação das Associações, Pensionistas e Idosos da Bahia
FETRAMEB	Federação dos Trabalhadores Públicos Municipais da Bahia
FEBPAZ	Fórum Permanente de Entidades do Bairro da Paz
FINDIPETO	Federação e Confederação do Esporte
LIMPURB	Empresa de Limpeza Urbana de Salvador
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONG	Organizações não governamentais
PMS	Prefeitura Municipal do Salvador
PR	Paraná

POLICIALRJ	Policial do Rio de Janeiro
PMSC	Polícia Militar do Estado de Santa Catarina
RJ	Rio de Janeiro
PJB	Projeto Juventude do Boxe
SUDESB	Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia
SUCOP	Superintendência de Conservação de Obras do Salvador
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Preza
SESC	Serviço Social do Comércio
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINDIEPS	Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Salvador
SSA	Salvador
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UFRJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
UFBA	Universidade Federal do Estado da Bahia

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO DA PAZ, SSA/BA.....	44
FIGURA 2	ÍNDICE DE HOMICÍDIO EM SLAVADOR EM 2009.....	48
FIGURA 3	ESTRUTURA O COLÉGIO ESTADUAL MESTRE PAULO DOS ANJOS.....	49
FIGURA 4	ENTRADA DO COLÉGIO ESTADUAL MESTRE PAULO DOS ANJOS.....	50
FIGURA 5	ATIVIDADE DE SENSIBILIZAÇÃO PARA OS ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL MESTRE PAULO DOS ANJOS.....	52
FIGURA 6	ATIVIDADE DE SENSIBILIZAÇÃO PARA OS RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL MESTRE PAULO DOS ANJOS E A COMUNIDADE.....	59
FIGURA 7	REUNIÃO DE ARTICULAÇÃO COM A COMISSÃO MOBILIZADORA, COMPOSTA PELOS ALUNOS	82
FIGURA 8	REUNIÃO COM A COMISSÃO DE LIDERANÇAS DA COMUNIDADE DO BAIRRO DA PAZ	82
FIGURA 9	REUNIÃO COM OS DOCENTES DE GESTORES DO COLÉGIO ESTADUAL MESTRE PAULO DOS ANJOS.....	83
FIGURA 10	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	83
FIGURA 11	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	84
FIGURA 12	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	84
FIGURA 13	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	85
FIGURA 14	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	85
FIGURA 15	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	86
FIGURA 16	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	86

FIGURA 17	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	87
FIGURA 18	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	87
FIGURA 19	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	88
FIGURA 20	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	88
FIGURA 21	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	89
FIGURA 22	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	89
FIGURA 23	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	90
FIGURA 24	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	90
FIGURA 25	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	91
FIGURA 26	CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	91

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1. INTRODUÇÃO	15
2. OBJETIVOS	21
2.1 Objetivo Geral.....	21
2.2 Objetivos Específicos	21
3. MARCO REFERENCIAL	22
3.1 Polícia e Policiamento Comunitário.....	22
3.2 Segurança Pública	25
3.3 Conselhos Comunitários de Segurança Pública e o seu contexto histórico	27
3.4 A violência urbana e a violência estrutural.....	32
3.5 A Instituição Escolar	36
3.6 Polícia e Comunidade	38
3.7 O processo de mobilização	38
3.8 O bem- estar social	39
4. METODOLOGIA.....	42
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	44
5.1 Situando o caso: um breve olhar sobre sua história do Bairro da Paz	44
5.2 O Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos	49
5.3 A intervenção: O Conselho Comunitário de Segurança no Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos.....	51
5.4 A percepção das lideranças e da comunidade	52
5.5 A percepção dos alunos do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos	56
5.6 Percepção dos Professores sobre a violência.....	61
5.7 Percepção dos policiais militares que atuam na área do Bairro da Paz.....	63
5.8 Avaliação dos Gestores de policiamento da área do Bairro da Paz	65
5.9 POTENCIALIDADES E DIFICULDADES	66
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
7. REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS MORADORES E LIDERANÇAS.....	74
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO AOS DISCENTES	76
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO AOS DOCENTES.....	78
APÊNDICE D – ENTREVISTA PARA OS COMANDANTES	80

APÊNDICE E – ENTREVISTA PARA OS POLICIAIS MILITARES	81
APÊNDICE F – CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO	82

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em sete capítulos, além da introdução. O segundo capítulo refere-se aos objetivos geral e específicos, o terceiro capítulo faz uma abordagem sobre a revisão da literatura, abrangendo artigos com resultados de pesquisas, pontos de vista diversificados de autores, livros técnicos e outros, levantando o assunto a ser pesquisado, através da coleta dos conceitos-chave da pesquisa e, depois, tratando cada conceito, aprofundando-os nos aspectos etimológicos (origem da palavra), históricos de significado atual da problemática da segurança pública.

O quarto capítulo tratou-se do material utilizado para a pesquisa de campo e os procedimentos realizados no seu desenvolvimento. Neste foi considerado o processo de planejamento e condução do estudo, incluindo a sua e viabilidade da coleta de dados para análise, fazendo uso estatística descritiva, mas que permitiu traçar boas conclusões

Um dos pontos mais fortes da dissertação está no capítulo cinco, resultados e discussão onde a análise desses resultados pode produzir os devidos e necessários ajustes à atuação da polícia comunitária.

Neste capítulo tratamos dos resultados da pesquisa, suas análises e conclusões, neste caso a análise é provisória. Para este estudo, as categorias analíticas foram importantes, ainda que em alguns momentos, a forma da pergunta induziu alguma resposta.

Para reforçar os conceitos iniciais e para o perfeito entendimento da filosofia de Polícia Comunitária no Brasil e principalmente na Bahia, vale reforçar que:

"a atividade de Polícia Comunitária é um conceito mais amplo que abrange todas as atividades voltadas para a solução dos problemas que afetam a segurança de uma determinada comunidade, que devam ser praticadas por órgãos governamentais ou não. A Polícia Comunitária envolve a participação das seis grandes forças da sociedade, frequentemente chamadas de "os seis grandes". São eles a polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia." (BONDARUK e SOUZA, 2004).

Nesse sentido, nas considerações finais, esperamos ter de fato concluído os objetivos propostos desse estudo no sentido da melhoria de intervenções dessa natureza na sociedade brasileira, analisando criticamente as potencialidades e dificuldades para implementação de conselhos participativos dessa natureza, com vistas ao enfrentamento real da violência cotidiana, ainda que os elementos da violência estrutural ainda não possam ser enfrentados na sua plenitude.

1. INTRODUÇÃO

A violência pode ser denominada como um comportamento de forma intencional e excessivo, que provoca danos ou intimidação moral a outra pessoa ou ser vivo, manifesta-se em diversas maneiras. Pode invadir a capacidade do ser humano governarem-se pelos seus próprios meios, passando a ser considerado o exercício desproporcional do poder ou força que se sobrepõem aos princípios da integridade física, psicológica, religiosa, étnica, laboral, familiar, doméstica, empresarial e outros. Em destaque podemos citar a violência urbana. Esse fenômeno multicausal gera o medo e produz igualmente violência (Pinheiro e Almeida, 2003). Trata-se de um círculo vicioso que se estabelece no seio da sociedade, criando um estado contínuo de intranquilidade e insegurança. A violência estrutural é aquela que nasce através do quadro de miséria, exploração dos trabalhadores, má distribuição de renda, ausência de condições mínimas para a vida digna, desigualdade social, falta de investimentos em setores como educação, saúde, habitação, assistência social e outros.

No campo da segurança pública, para que cidadãos de uma mesma região convivam em harmonia, onde cada um respeita os direitos individuais do outro, a Carta Magna estabelece, no artigo 144, que a segurança pública é dever do Estado e representa o conjunto organizado das instituições políticas, jurídicas e policiais, mas também é de responsabilidade de cada cidadão (BRASIL, 1988). No artigo 204, esta prevê a participação popular na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas de assistência social e, no artigo 227, sobre a criança e o adolescente, volta a enfatizar a previsão de participação popular prevista no artigo 204. Estes dispositivos legais são complementados por vários outros, destacando-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, com nova previsão de participação de um dos órgãos que compõem o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, os conselhos tutelares. Ainda assim, não existe ainda no Brasil uma cultura efetivamente participativa nas questões de segurança pública (ECA. Lei Federal nº 8.069, 1999).

A mobilização das pessoas que vivem e compartilham de determinadas atividades ou situações, é, seguramente, uma estratégia preponderante para o sucesso das ações preventivas de segurança. Mas a participação popular não

acontece por si mesma. Por outro lado, a população deve ser vista como “coprodutores” de segurança e da ordem conjuntamente com a polícia, até já existindo legislação e amparo da Polícia Militar da Bahia para a participação da comunidade por meio das entidades compostas por líderes comunitários do mesmo bairro ou município, denominados Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) (DECRETO Nº 10.186 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006). Essas lideranças reúnem-se, voluntariamente, para discutir, analisar, planejar e acompanhar a solução de seus problemas comunitários de segurança, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação. Assim, cada Conselho é uma entidade de apoio à Polícia Estadual nas relações comunitárias, e se vinculam por adesão às diretrizes emanadas pela Secretaria de Segurança Pública.

Ao longo do processo histórico, a polícia passou por grandes transformações. Contudo, o surgimento da polícia no Brasil deu-se com a chegada de D. João VI que trouxe consigo a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (1808), caracterizando assim um embrião da Polícia Militar no Estado do Rio de Janeiro. Em 1889, ocorre a Proclamação da República. O Brasil passa por uma grande transformação na esfera social e política, de 1889 até a Revolução de 1930, que depôs o 13º e último presidente da República Velha, Washington Luís. O Decreto nº 1, de 15 de novembro que institui a República, determina aos governos estaduais que sejam responsáveis pela manutenção da ordem pública e promovam a defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos (Art. 5º) e também a criação de guardas cívicas para o policiamento de seus territórios (Art. 8º).

Logo depois da Revolução Constitucionalista (1932), que ocorreu no Estado de São Paulo na década de 1930, o governo federal resolve controlar as Forças Públicas e ratificar um novo acordo, tornando dessa vez as Forças Públicas, forças reservas de primeira linha do Exército. Depois da II Guerra Mundial o mundo passa por inúmeras modificações, inclusive no Brasil. O país entra em um processo de redemocratização e em 1946 a nova Constituição da República modifica a termo Forças Públicas e passa a ser denominada Polícias Militares, sendo definida como força auxiliar e reserva do Exército, tendo como missão a promoção da segurança interna e a manutenção da ordem nos estados.

Por diversas vezes a história do Brasil viveu em regime de exceção, com restrição das liberdades políticas e individuais, causando momentos de turbulências sociais. Este regime caracterizou-se pela centralização e controle sobre a segurança pública, enfraquecendo e até mesmo anulando a liberdade dos governadores de organizarem os órgãos de segurança pública. Somente em 1985, o regime de exceção acaba e o país inicia mais uma vez uma redemocratização, com a promulgação da atual Constituição, em 1988, e com a realização de eleições diretas para Presidente da República. Sendo assim, houve significativas mudanças na segurança pública. Contudo estas mudanças ganharam maior enfoque com a discussão e propagação das temáticas relacionadas aos estudos sobre formas de policiamento que realmente atendessem às reais necessidades da sociedade, buscando de forma comunitária a melhor atuação da polícia militar para a realização da segurança pública.

Por outro lado, o policiamento comunitário enfatiza o desenvolvimento de relações estreitas com o público. Aquilo que não pode ser realizado pela reivindicação pública através dos canais políticos pode ocorrer porque as forças policiais acreditam que uma participação maior da comunidade é essencial para a realização dos objetivos da organização. O policiamento comunitário também exige uma habilidade de interagir de modo construtivo com um público bastante diferenciado. Por essa razão, a polícia deve ser constituída de pessoas de diferentes formações (Skolnick, 2006).

O policiamento comunitário é uma filosofia de trabalho voltado para a articulação do policiamento com um contato sistemático com a comunidade a qual serve na busca de resultados eficientes que visem o melhor controle da criminalidade e da violência.

Na prática do policiamento comunitário, o cidadão-policial está a serviço da comunidade, disponibilizando-se para construir o bem comum e em parceria com esta, criarem uma sociedade pacífica.

Agindo em parceria preventiva com os cidadãos, o policiamento comunitário converte-se num serviço completo e personalizado de segurança pública, com o objetivo de explorar novas iniciativas preventivas, visando à resolução de problemas

antes que eles ocorram ou se tornem graves (Trajano, 2001). Desta forma, propicia-se ao órgão de segurança uma melhor oferta na prestação do serviço ao seu cliente (comunidade), agindo de maneira incisa e cirúrgica nos anseios da comunidade, permitindo ainda a esta sugerir e participar do processo de segurança.

Para Fernandes, (1994, p. 10), “policimento comunitário é um serviço policial que se aproxima das pessoas, com nome e cara bem definidos, com um comportamento regulado pela frequência pública cotidiana, submetido, portanto, às regras de convívio cidadão”, o que pode parecer um ovo de Colombo (algo difícil, mas não é). Para este autor “A proposta de Polícia Comunitária oferece uma resposta tão simples que parece irreal: personalize a polícia, faça dela uma presença também comum”. Fernandes (1994, p.10).

A polícia reconhece que não terá sucesso em atingir seus objetivos sem o apoio da comunidade. Por isso, deve estar aberta às demandas e necessidades que a comunidade quer que sejam resolvidas.

De acordo com Souza, (2005, p. 2):

“[...]O grande mérito do policiamento comunitário é então enfatizar um dos valores fundamentais das polícias modernas – a polícia, preconizado por *Robert Peel*, idealizador da primeira organização policial moderna – *The Metropolitan Police of London*, no início do séc. XIX, significa que as organizações policiais se sustentaram na legitimidade pública, e que são por natureza, instrumento de garantia de distribuição justa e igual dos direitos da cidadania[...].”

O policiamento comunitário é uma filosofia de patrulhamento personalizado de serviço, onde o policial trabalha sempre numa mesma área, reconhecendo esse território agindo em parceria preventiva com os cidadãos, para identificar e resolver os conflitos. Este tipo de policiamento exige um maior comprometimento, desafiando todos os profissionais a encontrar novos meios de trabalho para que possam mostrar rapidamente à comunidade respostas contra qualquer infração ou atos de crime, visando resolver problemas antes que se tornem mais graves.

Por outro lado, a Instituição escolar é um ambiente onde se observa, visivelmente, a exequibilidade de ações recíprocas, de incessante procura minuciosa pelo saber e de auxílio na construção do caráter do indivíduo, e essa atividade é importante à formação deste agente transformador que irá exercer o seu papel

social. A atribuição da escola é exercer a sua fundamental missão de proporcionar, a todo o momento, na vida dos seus educandos, um sentido impulsionador para a prática da cidadania plena. Contudo, a escola é espaço de reprodução social.

Para Santander, (p.2003), “A escola é o espaço de congregação e interação de todos os seguimentos sociais, de construção do saber, do coletivo social, do exercício de cidadania, de socialização, de trocas, de competição”. Dessa forma, cada vez mais se torna atrativo vislumbrar a escola como elemento articulador das lideranças e da comunidade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, fomentando condições de segurança, numa política social.

O elevado número de ocorrências envolvendo situações de violência nas escolas no estado da Bahia nos impôs a ideia de que é preciso haver uma melhor integração com esse espaço, no que diz respeito ao trato com a população. A formação de Conselhos Comunitários de Segurança Pública nas escolas pode mobilizar interação permanente entre a polícia e a comunidade escolar, além de justificar a criação dos conselhos comunitários de segurança pública nesses espaços.

O Conselho Comunitário de Segurança Pública, o policial, o corpo docente e discente das escolas e os pais precisam estar preparados, aptos a lidar com estas questões e a atividade policial no Policiamento Comunitário apresenta muitas dificuldades para atingir seus objetivos, pois existem muitos obstáculos no caminho de um policial proativo. Compreender a dinâmica de implementação de conselhos comunitários onde atua a Polícia Comunitária, é tarefa da nova ciência policial.

Reconhecendo a importância do Conselho Comunitário de Segurança Pública e da instituição escolar, o objetivo deste estudo foi analisar a implementação do Conselho Comunitário de Segurança Pública, tendo o Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos como *locus* e caso a ser analisado. Desse modo, este trabalho analisou a implementação de um Conselho Comunitário de Segurança Pública, tendo o Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos, situada no Bairro da Paz, em Salvador, como um estudo de caso.

Cabe destacar que ações como mobilização com a comunidade escolar e entorno da escola, oficinas pedagógicas sobre o tema, além do processo de

aprovação, criação, eleição, além da posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do CONSEG do Bairro da Paz foram desenvolvidas para integração da comunidade escolar, família e comunidade do entorno, com o Sistema de Defesa Social do estado da Bahia, para a implementação do Conselho Comunitário de Segurança no Bairro da Paz a partir da Escola Estadual Mestre Paulo dos Anjos, onde ocorreram intervenções voltadas para o processo de “Resgate dos Valores Humanos da Cidadania e da Segurança Pública no Bairro da Paz”.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a percepção dos atores envolvidos no processo de implementação do Conselho Comunitário de Segurança Pública no Bairro da Paz, Conselho Estadual Mestre Paulo dos Anjos.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o Bairro da Paz, incluindo a história do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos no Bairro da Paz;
- b) Analisar a percepção dos atores (moradores, docentes, alunos, lideranças e gestores da PMBA) sobre a violência no bairro;
- c) Descrever a implementação do Conselho Comunitário de Segurança neste bairro;
- d) Analisar criticamente as potencialidades e dificuldades para implementação de conselhos participativos dessa natureza.

3. MARCO REFERENCIAL

A escola e a comunidade escolar tem importância ímpar no contexto social cuja função primordial é possibilitar o cultivo dos bens culturais, sociais e éticos, considerando as expectativas e as necessidades da comunidade e, é nesse universo que se pretende investigar, conhecer e intervir favorecendo o aprendizado, compartilhando com outras pessoas, fora da escola, um conjunto de saberes e formas de conhecimentos que por sua vez só são possíveis graças à existência da escola. Cabe destacar que a escola é resultado das condições históricas sociais que a envolve, assegurando o desenvolvimento da sociedade e exercendo um papel de produtora e reprodutora da legitimação do conhecimento legítimo do estado-nação.

3.1 Polícia e Policiamento Comunitário

Definir o vocábulo polícia não é uma tarefa fácil. Para alguns estudiosos o vocábulo “polícia” apresenta-se com vários significados. A polícia em primeira instância significa um conjunto de normas que são impostas aos cidadãos pelas autoridades públicas, mas por outra vertente podemos classificá-la em polícia administrativa e polícia judiciária, como o conjunto de ações preventivas ou repressivas para garantir a execução das leis e dos regulamentos (Santiago, 1997).

A Polícia é uma instituição representada por corporações governamentais que engloba os órgãos incumbidos de fazer respeitar determinadas leis ou regras, destinadas a garantir a segurança de uma coletividade, a ordem pública e de trabalhar com a prevenção, repressão e elucidação de crimes. Presente em todos os países, a polícia tem como principal função exercer o papel de manutenção da ordem pública, prevenção e repressão ao crime, por intermédio do uso categórico da força, se necessário.

Segundo Lazzarini (1987, p. 20), define “Polícia” como sendo:

“[...] o conjunto de instituições, fundadas pelo Estado, para que, segundo as prescrições legais e regulamentares estabelecidas, exerçam vigilância para que se mantenham a ordem pública, a moralidade, a saúde pública e se assegure o bem-estar coletivo, garantindo-se a propriedade e outros direitos individuais [...]”.

Para Santiago, (1997), “a sociedade moderna entrega à sua polícia uma responsabilidade monumental. Em qualquer hora do dia ou da noite, a polícia deve preservar a paz e a tranquilidade, protegendo e zelando pela liberdade e a segurança de cada cidadão ou de todos em conjunto”.

Na visão de Marcineiro (2005), a polícia é então, a organização administrativa que tem por atribuição impor limitações à liberdade (individual ou de grupo) na exata medida necessária à salvaguarda e manutenção da ordem pública. Em resumo, a polícia tem como função assegurar a segurança das pessoas e bens, sobretudo através da aplicação da lei.

Por outro lado, o policiamento orientado para o problema melhoraria a antiga estratégia de policiamento profissional, acrescentando reflexão e prevenção, sendo que esta abordagem pressupõe que os crimes podem ser causados por problemas específicos e contínuos na comunidade, os quais podem ser controlados e evitados, com ações muito além do patrulhamento, investigação e detenção. O policiamento estratégico ou comunitário é aquele que tenta resolver os pontos fracos do tradicional, promovendo um melhoramento na sua forma de emprego, levando em conta o reconhecimento de que a comunidade pode auxiliar a polícia.

Um conceito é necessário, para que se possa compreender melhor o seu alcance Trajanowicz e Buqueroux (1999) definiram-no como:

“[...] Uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais e até mesmo a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área [...]”.

No policiamento comunitário, as instituições, como famílias, escolas, associações de bairros e grupos de comerciantes são considerados parceiros importantes da polícia para a criação de uma comunidade tranquila e segura. Nesta modalidade, a polícia não só irá combater o crime, como também terá a capacidade e habilidade de solucionar problemas da comunidade.

O policiamento comunitário requer incentivos para estreitar os contatos com a comunidade, e um desses incentivos é a promoção do policiamento a pé, que reduz a distância e permite um contato mais próximo. Estabelecer confiança mútua é o

núcleo da parceria com a comunidade, em que a polícia necessita da colaboração das pessoas, a fim de trocar informações relevantes que poderão ser utilizadas na luta contra o crime.

Araújo, Costa e Fernandes (1998) propõem o envolvimento estratégico das lideranças comunitárias através da participação ativa nos eventos socioculturais das comunidades promovendo, interações profissionais e informais com os moradores do bairro. Haveria assim a formação de uma rede de relações na construção dos novos conhecimentos acadêmicos sobre segurança pública. Cidadãos e policiais das comunidades juntaram-se nas salas e auditórios da universidade e de outros espaços abertos para o aprendizado. Descobriram muito sobre o controle do crime e da necessidade de valorização de um novo modelo de relações entre os segmentos da sociedade e a polícia, visando melhores dias para o coletivo. Como pode ser visto no pensamento de Adorno (1998, p. 24).

[...] Nas sociedades contemporâneas assiste-se ao declínio das sensações". A impunidade torna-se cotidiana. Esse processo é particularmente visível em algumas áreas da existência social. Trata-se de áreas onde é mais provável ocorrer isenção de penalidades por crimes cometidos. São chamados de "áreas de exclusão [...]"

Em oposição ao policial tradicional, o policial comunitário participa de encontros de grupos da comunidade, analisa e resolve problemas do bairro, realiza pesquisas e entrevistas pessoais, verifica a segurança das residências, do comércio e outros, participando de forma proativa na construção da segurança pública da comunidade.

A integração da polícia com a comunidade fortalece a máxima de que juntos todos os segmentos da comunidade podem alcançar a resolução de problemas junto aos órgãos que são responsáveis pela segurança pública. Essa dinâmica redefine o papel da polícia na rua, onde passa a ser uma força atuante para resoluções e mediações de conflitos, além de se tornar um componente especializado e proativo, utilizando-se de medidas criativas para resolver situações de crime e desordem. Somente assim, o policial passa a observar o problema de segurança pública de forma específica e particular, mesmo que os aspectos não se apresentem de maneira singular, podendo atuar com mais clareza na comunidade.

“ [...] as causas dos fatores que provocam a pobreza, a criminalidade e o baixo desenvolvimento social nas grandes cidades, principalmente nos países em desenvolvimento, estão relacionadas à falta de planejamento urbano, à distribuição de renda e a carência de investimentos econômicos em políticas públicas, visando à melhoria da qualidade de vida [...]”. (PERLMAN, 1994, p. 4).

De acordo com Carvalho (1998, p. 49), “[...] ao tentar implantar este modelo, governo e líderes da sociedade acreditaram que esta parceria poderia ser uma forma de democratizar as instituições responsáveis pela segurança pública, isto é, à medida que se abre para a sociedade, congregando líderes locais, negociantes, residentes e todos quantos puderem participar da segurança local, a polícia deixa de ser uma instituição fechada e que, estando aberta às sugestões, permite que a própria comunidade faça parte de suas deliberações”.

3.2 Segurança Pública

A Constituição Federal do Brasil em seu Artigo 144, fala que a segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e que o exercício pleno para preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, tornando competente a polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpo de bombeiros militares, cada uma dessas, possuindo suas atribuições específicas (Brasil, 1988).

Em sua gênese, as Polícias foram criadas para confrontar os grupos perigosos, para controlar protestos das classes populares e preservar a estrutura social, e não apenas para combater o crime ou promover as guerras contemporâneas contra o crime (Pinheiro, 1998, p. 181). Segundo Costa (2005, p. 99) “Na sua evolução, porém, a Polícia já na condição de aparelho do Estado Nacional, assumiu a tarefa de proteger a propriedade e exercer controle sobre o comportamento público, o que na sociedade tradicional ficava a cargo de particulares. Teve início, assim, a função que será observada em toda a sua história.”

Segundo Plácido e Silva (1256), “Segurança é derivado de segurar, exprime, gramaticalmente, a ação e efeito de tornar seguro, ou de assegurar e garantir alguma coisa”. Assim, segurança indica o sentido de tornar a coisa livre de perigos, de incertezas.

A existência da Polícia Militar, portanto, é previsto no art. 144 do capítulo III da Constituição Federal, onde é disciplinada a Segurança Pública. Ali, após afirmar que a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, a Carta Magna estabelece que ela seja exercida por um conjunto de órgãos responsáveis pela preservação da ordem pública, entre os quais se incluem as Polícias Militares, cabendo-lhe, junto com os demais órgãos, prover direitos aos cidadãos à segurança, realizar a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

As políticas públicas referentes à Segurança Pública têm se mostrado deficientes, sobretudo com relação às questões administrativas (Soares, 2006, p.160). Há uma crença que o crescimento do crime e da violência é responsabilidade exclusiva do Estado, este como ente subjetivo ganha materialidade sob a forma de um chefe político ou de uma instituição, que normalmente é criada pela própria vontade dos homens para governá-los.

O policiamento comunitário vem ganhando corpo e forma em uma escala progressiva de crescimento positivo em seus intentos de prevenção e contenção da violência e da criminalidade.

Observa-se que a segurança pública atualmente está em processo de auto definição que possibilite uma maior atuação e eficiência. Por essa razão é que Costa (2005, p. 146) declara que, “é possível atingir este grau de qualidade na prestação do serviço de segurança somente se houver uma adequação maior entre as competências dos policiais e a sua atividade em decoro com a ética e a responsabilidade [...]. Pensamos, que um dos aspectos que precisam ser considerados prioritariamente pelas políticas públicas de segurança é o desenvolvimento de competências orientadas por uma ética de distinção, no exercício da ação policial.”

Para Marcineiro (2009, p. 59):

“[...] ainda pode ser refletido sobre o fato de que o sistema de segurança pública, parte do sistema de vida humana em sociedade, é um sistema aberto e, portanto, influência e é influenciado pelo meio onde está inserido. A compreensão do que seja um sistema aberto levaria, certamente, aos dirigentes públicos a pensarem com um pouco mais de demora quando fossem gerar as políticas públicas de segurança, pois um estímulo inadequado poderá resultar em graves consequências, seja para o sistema, seja para o ambiente onde estiver agindo. O resultado, enfim, acaba atingindo a todos pelas consequências do efeito estímulo-ação [...]”.

Ainda, segundo Marcineiro (2009), a segurança pública, cujo objetivo maior é fazer a garantia do código de convivência social, possuiu duas instâncias: uma formal e outra informal. A primeira é composta por todos aqueles servidores públicos que são pagos pelo povo para fazer por eles tudo aquilo que eles não podem fazer por si só, para terem segurança. Já a segunda instância (p. 61), é formada por todas aquelas instituições que, embora não sejam formalmente constituídas para promover a segurança e a ordem pública, exerce significativa influência sobre elas, algumas dessas instituições são as escolas, a igreja, a mídia, entre outras.

Logicamente observa-se que para a promoção da segurança pública é necessário o fortalecimento das políticas públicas nas áreas econômica, social e cultural, particularmente na área da educação e na geração de emprego e renda e também da redução da impunidade através de mudanças na legislação e do aperfeiçoamento da atuação das organizações dos sistemas de segurança pública e justiça criminal.

3.3 Conselhos Comunitários de Segurança Pública e o seu contexto histórico

É importante refletir sobre o que é destacado por Silva (1990, p. 17), no qual relata que a cultura brasileira é pouco favorecida ao espírito comunitário, ou seja, somos individualistas e paternalistas, o que dificulta qualquer esforço de participação da comunidade. Para os cidadãos obterem segurança pública, esperar do poder público todas as providências se torna algo a contribuir com o agravamento dos

problemas. A participação do cidadão na sua própria segurança aumenta a sua segurança e contribui para que diminua o medo e o crime.

Entre o envolvimento da comunidade para com a polícia se destacam segmentos sociais e outras entidades que contribuem de maneira positiva para que se tenha continuidade à filosofia de polícia comunitária. Merece destaque o Conselho Comunitário de Segurança, sendo uma entidade de gestão participativa que ajuda a desenhar um caminho estratégico na busca de soluções dos problemas.

O Conselho Comunitário de Segurança é uma entidade de direito privado, com vida própria e independente, que é responsável por diagnosticar problemas da comunidade, o que possibilita ações estratégicas preventivas na área de segurança pública. São realizadas reuniões periódicas entre representantes da comunidade, escolas, igrejas, organizações policiais, e outros, com intuito de discutir tais problemas, de forma que não seja inserida política partidária. Essa discussão é que vai observar que a responsabilidade da segurança pública é de todos não apenas da polícia, onde o cidadão haverá de dar sua contribuição para idealizar melhores formas de se adequar e fazer um policiamento comunitário.

Para Murphy, (1993, p. 3), “[...] numa sociedade democrática, a responsabilidade pela manutenção da paz e a observância da lei e da comunidade, não é somente da Polícia. É necessária uma polícia bem treinada, mas o seu papel é o de complementar e ajudar os esforços da comunidade, não de substituí-los [...]”. Os Conselhos Comunitários de Segurança deverão funcionar de forma apolítica do ponto de vista da defesa de legendas partidárias ou da promoção de autoridades.

Segundo Marcineiro e Giovanni (2005, p. 96) “Os Conselhos Comunitários de Segurança são entidades sem fins lucrativo, que se agregam ao sistema de segurança pública para servir de foro de encontro das organizações formais com a comunidade, constituindo-se numa importante forma de expressão do cidadão, possibilitando ao povo influenciar de forma concreta nas decisões do Estado nos assuntos atinentes à segurança pública”

As parcerias desenvolvidas entre as instituições, a comunidade e a Polícia, são formalizadas nos Conselhos Comunitários de Segurança, onde se estabelece uma “interação proveitosa para ambas as partes. Para a polícia, que quebra o

círculo vicioso do isolamento e estabelece um canal de comunicação com a sociedade e para a comunidade, que vislumbra no Conselho Comunitário de Segurança um fórum público para a canalização de seus anseios. Esta união é perfeita e dela só se podem colher bons frutos”, Bononi (1999).

Arruda (1997) diz que os Conselhos Comunitários de Segurança são:

“[...] grupos de pessoas do mesmo bairro ou município que se reúnem para discutir e analisar, planejar e acompanhar a solução de seus problemas comunitários de segurança, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais”.

Neste caso, a polícia assume um papel importante para esse processo, pois ela passa a ser uma consultora da comunidade nos assuntos concernentes à segurança pública, desta forma orientando a comunidade sobre às medidas e maneiras de não se tornar vítima de ato criminoso e também conscientizando quanto ao não ingresso dos componentes dessa comunidade para o envolvimento com o crime.

Continuando com o entendimento de Arruda (1997, p. 61), com propriedade, ressalta que “[...] desconhecemos o potencial humano que existe na vizinhança”. Quando encontramos alguém competente, ficamos surpresos com a sua história de vida e o seu conhecimento e, o que mais importante, a sua inabalável vontade de disponibilizar o conhecimento em proveito da coletividade.

Para a construção de uma sociedade mais pacífica e tranquila, temos que potencializar as ações das pessoas que são proativas e que procuram de forma voluntária, contribuir para uma política de paz no seio da comunidade. Desta forma Arruda (1999, p. 52), ressalta a importância da comunidade para a polícia:

“[...] antes, é preciso que a Polícia se aproxime dos cidadãos, estabeleça bases de sólida e recíproca confiança e, assim, se faça digna de receber informações, oriundas da comunidade, as quais, devidamente processadas, permitirão ações mais orientadas, que não iguale a todos, delinquentes e cidadãos de bem, como (suspeitos) [...]”.

Objetivamente, para a implantação dos Conselhos Comunitários de Segurança, destacam-se os seguintes objetivos, segundo Marcineiro (2009, p. 205):

- Construir-se em canal privilegiado pelo qual a Secretaria do Estado da Segurança pública procurará conhecer as reivindicações e anseios da comunidade;
- Congregar as lideranças comunitárias da área, afim de que planejem ações integradas de segurança;
- Propor a definição de prioridades de segurança da comunidade;
- Articular a comunidade para a solução de problemas ambientais e sociais;
- Desenvolver o espírito cívico e comunitário na comunidade;
- Desenvolver campanhas educativas de interesse da segurança pública;
- Desenvolver eventos que fortaleçam os vínculos da comunidade com sua polícia;
- Colaborar com outros órgãos que visem o bem-estar da comunidade;
- Planejar ações comunitárias de segurança que visem avaliar resultados;
- Levar à Secretaria de Estado da Segurança Pública as reivindicações e queixas da comunidade;
- Propor às autoridades melhores condições de vida e trabalho aos policiais e aos que prestam serviço à causa da segurança pública da comunidade;
- Estimular treinamentos aos policiais;

- Elaborar propostas de melhoria de instalações, equipamentos, armamentos e viaturas policiais;
- Planejar programas motivacionais para os policiais;
- Propor à Secretaria de Estado da Segurança Pública subsídios para elaboração legislativa;
- Estreitar a interação entre as unidades operacionais das polícias.

A Constituição Federal legitima a participação da comunidade, abrindo espaço para as modernas concepções de polícia, que prevê a participação ativa do cidadão. Os Conselhos Comunitários de Segurança são dotados de personalidade jurídica e, para tanto, precisam adequar-se ao Código Civil Brasileiro, sendo consideradas células importantes para a disseminação da filosofia de polícia comunitária.

A polícia e o cidadão deverão compartilhar juntas as responsabilidades na promoção de uma boa qualidade de nas prestações de serviços de segurança para a comunidade. Efetivamente pode participar dos Conselhos Comunitários de Segurança e devem ter a seguinte composição (Marcineiro, 2009, p. 206):

- Membros natos, que são os representantes das Polícias Civil e Militar das circunscrições dos conselhos;
- Membros efetivos, que são integrantes da comunidade que atendem aos requisitos de integridade moral e possibilidades de frequência para gerenciar as atividades do conselho, exigidos na legislação;
- Membros participantes, que são todas as pessoas idôneas não enquadradas como membros e que participam das reuniões;
- Membros visitantes, que são integrantes de outros Conselhos Comunitários de Segurança que queiram participar eventualmente de uma reunião.

Para Marcineiro (2009, p. 210), “[...] percebe-se, então, que através da informação do cidadão pode-se planejar de melhor forma o serviço de segurança pública, pois a consulta à comunidade permite estabelecer prioridades e meios à

polícia para equacionar metas e obter a aprovação das pessoas para que as respostas da polícia sejam adequadas à necessidade e à natureza do problema. É exatamente neste contexto que entra o papel do Conselho Comunitário de Segurança, que é o responsável por organizar a comunidade para identificar e detectar as causas dos problemas e prioridades à segurança, apresentando o que a comunidade espera da polícia.

É inevitável pensar que um dos mecanismos de sustentação da democracia no país é a participação popular, até porque, esse é o principal fundamento democrático. Os Conselhos Comunitários de Segurança representam uma oportunidade de aproximação das instituições policiais com a comunidade, propiciando a criação de um ambiente saudável para a interação das pessoas com as instituições.

3.4 A violência urbana e a violência estrutural

A sociedade brasileira, assim como em outros países, com o decorrer dos anos vem defrontando-se com sérios problemas em relação à violência. Para Costa 2005 (p. 35), “[...] entende-se a crise do Estado pela incapacidade do fazer o social, nos limites atuais da educação, da saúde e da segurança pública. A insegurança social, o medo, a criminalidade, a violência, expressam em si o grau da crise do Estado. Afinal, qual é o papel do Estado [...] poder-se-ia, assim, defender que não seria a centralização de autoridade no Estado o problema crítico das relações entre indivíduo, Estado e Sociedade. Mas seria, sobretudo, a natureza das políticas governamentais e o ritmo de sua implementação” (p.40).

Em todos os momentos da história humana, a violência tem estado presente, reprimindo ou moldando as ações do homem através da imposição, manipulação, persuasão ou até mesmo com o emprego da força, quer seja por parte de um indivíduo ou grupo social.

A dificuldade na definição do que é violência e de que violência se fala é o termo ser polifônico desde a sua própria etimologia. Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor. Emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação e do sofrimento que provoca que vai

caracterizar um ato como violento percepção esta que varia cultural e historicamente (ZALUAR, 1999, p. 8).

A violência é definida, então, como a ação manifesta de agressividade, conflito ou indisciplina, que se apresenta de diversas formas: violação, agressão, infâmia, contra o homem e/ou o grupo em que está inserido. Pode ser observada em vários ambientes sociais como a família, trabalho, igreja, esporte e escolas, sendo muitas vezes, a característica da personalidade do homem ou grupo social.

As ações violentas permeiam diversas práticas, privando o indivíduo dos seus direitos como pessoa (gerando transtornos físicos e psíquicos) e como cidadão. Tais práticas, quando reveladas parcialmente, transformam-se em estratégias de manipulação, por serem métodos de dominação.

Ainda, segundo Zaluar (1999), é comum a utilização da violência, como um mero instrumento usado com maior ou menor intensidade, a um estado social permanente e excessivo na sociedade como um todo ou entre os excluídos, explorado ou denominado.

Podemos deste modo, considerar violência como um dispositivo de excesso de poder, uma prática disciplinar que produz um dano social, atuando em um diagrama espaço-temporal, a qual se instaura como uma justificativa racional, desde a prescrição de estigmas até a exclusão, efetiva ou simbólica. Esta relação de excesso de poder configura, entretanto, uma relação social inegociável porque atinge, no limite, a condição de sobrevivência, material ou simbólica, daqueles que são atingidos pelo agente da violência TAVARES dos SANTOS *et al.* (1988 apud ZALUAR e LEAL, 2001, p.148).

Segundo Tavares dos Santos (2002, p. 2):

Deparamo-nos com uma forma de sociabilidade, a violência, na qual se dá a afirmação de poderes legitimados por uma determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social: a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto, e contínuo. Força, coerção e dano em relação ao outro, enquanto atos de excesso, presentes nas relações de poder – seja no nível macro, do Estado, seja no nível micro, entre grupos sociais -, vêm configurar a violência social contemporânea. A violência seria a relação social de excesso de poder que impede o reconhecimento do outro – pessoa, classe, gênero ou raça – mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea.

A violência pode ser concebida como sendo uma cultura, pois a cultura pode ser concebida como um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas em que ela é expressa ou encarnada.

Para Costa (1993 p. 84-86):

“[...] A imoralidade da cultura da violência consiste justamente da disseminação de sistemas morais particularizados e irredutíveis a ideais comuns, condição previa para qualquer atitude criminosa possa ser justificada e legítima. [...] a cultura da violência, valorizando a utilização da força, constrói uma nova hierarquia moral. O universo social simplifica-se monstruosamente entre fracos e fortes. [...] na banalização dos delitos e na amplificação dos riscos, floresce o medo social. [...] a fantasia da violência paralisa nosso pensamento e nossas ações”.

A violência tem se constituído em um dos principais problemas nas áreas urbanas. Esta situação provoca insegurança social, assaltos e crimes, que apontam para condições degradantes da vida urbana matando ou mutilando, têm sido frequentes em muitas cidades, provocando, destruição ou depredação física e profundos abalos morais, além dos custos elevados com serviços policiais e equipamentos de segurança.

Para Costa (2005):

“[...] a violência tem sido vista mais comumente como ato físico ou verbal contra uma pessoa, ou como crime contra a propriedade, quando se refere a um dos aspectos: a criminalidade [...] sua noção é muito mais ampla”. (p. 199).

“Em síntese, a violência social pode ser pensada como efeitos macrossociológicos da anomia - ou melhor, como ausência total de referências nas relações sociais; como também ser vista como *formas concretizadas de poder* e, ainda, como ausência de ética que envolveria a dimensão da alteridade (...) não são excludentes entre si, todos expressam dimensões de uma realidade social”. (p. 199).

“[...] Por fim, o que se pretendeu trazer... foi uma reflexão sobre a violência que atinge a todos, e conseqüentemente, sobre a segurança pública (...) esta não pode ser entendida somente como um problema de Polícia, mas como um complexo campo de necessidades e de direitos de proteção a ser construído pela sociedade”. (p. 200).

A violência urbana é um grande mal que se encontra nas comunidades que vivem em centros urbanos. São as ações que interferem nas leis, na ordem pública e principalmente nas pessoas. Sabemos que muitas são as causas da violência, tais como: machismo, ausência de influência política, tráfico em suas diversas variações e outros. Contudo, a má distribuição de renda é o mais relevante fator que resulta na violência urbana, isso tudo promove a falta de dignidade da pessoa humana, fazendo com que haja o recrutamento de pessoas para a prática de atos criminosos.

Ainda hoje, percebemos que muitos profissionais da área de segurança pública, atuam de forma repressiva, com o reforço policial, um aparato mais fortalecido de equipamentos de segurança e na derrubada de grupos e locais onde se estabelecem o tráfico, em contra- partida, não percebem que pessoas que estão ligadas a esses grupos, acabam se tornando vítimas e sofrendo as consequências por situações que não cometeram. A violência estrutural atinge as pessoas que vivem a exclusão social e que estão sem amparo.

Para Costa (2005, p. 199), “[...] na contemporaneidade, o processo de destruição da ordem social é visível com a insegurança a tornar-se uma rotina. A violência, e com ela a exclusão social, as desigualdades e a concentração de renda não são os únicos fenômenos responsáveis pela desagregação social. O racismo, as questões éticas, a crise de valores e descrença nas instituições, o individualismo negativo, não assumir deveres sociais, a transferência de responsabilidade para os outros constituem múltiplos aspectos dos sociais e das organizações contemporâneas que são prestadoras de serviços públicos”.

Muitos autores discutem sobre a violência estrutural, consideremos os estudos de Peres (2002, p. 54).

[...] “A estrutura política e os sistemas econômico e social aumentam a vulnerabilidade dos países à violência. Desigualdade e exclusão sociais, desemprego, regime político e eficácia das instituições governamentais e de segurança pública são alguns dos fatores que, do ponto de vista macroestrutural, favorecem o desenvolvimento da violência. O modo como esses determinantes são atualizados e expressos no cotidiano exemplificam os fatores conjunturais: aumento da criminalidade urbana, da delinquência juvenil, do crime organizado e da prostituição infantil, entre outros, São favorecidos por contextos marcados pela desigualdade social e impunidade e, por sua vez, favorecem a escala da violência em contextos específicos. Recentemente vem sendo dada importância aos fatores culturais e individuais que atuam como determinantes do comportamento violento, tais como atitudes, comportamentos e normas, padrões de relação familiar e de gênero, uso de drogas e álcool, entre outros [...]”.

Podemos visualizar que as regras, normas e valores capitalistas alimentam toda a forma de construção e exploração do capital, para que estas sejam disfarçadas e não sejam consideradas ações violentas. Segundo Silva (2009, p. 10):

[...] A principal característica dessa forma de violência é a sua sutileza e discrição, uma vez que seu circuito reprodutivo supõe um aliado central: o processo permanente de naturalização de gestos e de procedimentos, quase sempre considerados necessários, adequados e normais (...), sustentada na naturalização da pobreza e da desigualdade social”.

A ligação entre a violência estrutural e a questão social está no fato de que esta violência sofrida no processo produtivo tem profunda interação na vida cotidiana da classe trabalhadora, e traz consequências péssimas, que conduz para uma discussão denominada por inúmeros autores de questão social e suas expressões.

Para ratificar as afirmações anteriores, temos como exemplo o ponto de vista de dois estudiosos que ao discutirem sobre violência urbana, afirmam que “[...] a violência interpessoal está profundamente arraigada na enorme desigualdade que existe entre as classes dominantes e quase todo o resto da população”, (Pinheiro e Almeida 2003, p. 29).

Estes são apresentados como os fatores causadores da violência urbana, mas que tornam as pessoas vulneráveis à violência. Por outro lado, a violência estrutural, existente na sociedade capitalista, mantém relação com a questão social e suas expressões, como também é responsável pela sua existência.

3.5 A Instituição Escolar

A escola foi criada com o propósito de disciplinar os sujeitos modernos. Ao analisar de forma científica, a escola pode ser vista com uma instituição permanente que tem por finalidade de reproduzir os valores compartilhados pelo Estado-nação. A escola torna-se acima de tudo, um local onde se estabelece a convivência e a aprendizagem social. Os conhecimentos que são de suma importância para a formação intelectual do homem são adquiridos na escola, pois na sua vida cotidiana ele necessitará destes importantes conhecimentos para poder interagir em seus diversos ambientes de convívio social.

Para Rodrigues (2001): “o homem não se define como tal no próprio ato de seu nascimento, pois nasce apenas como criatura biológica que carece se transformar se recriar como ser humano. Esse deverá incorporar uma natureza distinta das outras criaturas. Ao nascer não se encontra equipado nem preparado para orientar-se no processo de sua própria existência”. Nesse sentido, a escola é erguida como meio de desenvolver e fazer permanecer entre as pessoas, relações claras de interatividade, pois em razão dos variados tipos de comportamentos,

acontece uma importante troca de experiências, que muitas vezes, influencia na mudança de comportamento. Essa mudança pode manifestar-se em caráter benéfico, levando o estudante a se tornar um ser de postura exemplar e comportamento incorrupto, e por outro lado podendo ser de forma maléfica, transformando-o num sujeito violento e à margem da sociedade.

Apesar de a escola não ser capaz de resolver os problemas oriundos das relações sociais, esta instituição pode interferir através da sua influência, de forma positiva, sobre um processo de interação, desenvolvendo e gerenciando programas com propósitos de ações voltadas para o processo ensino-aprendizagem e que objetivem trabalhar na erradicação ou diminuição do fenômeno da violência.

No ambiente escolar, nota-se que a violência pode ser caracterizada em três diferentes aspectos: a violência na escola, à violência contra a escola e a violência que a escola exerce sobre os alunos. A definição do que se entende sobre violência na escola pode vir na forma em que:

“[...] historicamente a questão da violência na escola não seria tão nova, e os jovens envolvidos nos fatos de violência são cada vez mais jovens, além de que se assiste, há alguns anos, a um aumento do número de “intrusões externas” na escola: trata-se da entrada nos estabelecimentos escolares, até mesmo nas próprias salas de aula, de bandos de jovens que vêm acertar, na escola, contas das disputas nascidas no bairro [...]” Charlot, (2002, p. 1-2).

Continuando, “[...] A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada a natureza e às atividades da instituição escolar. Quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, por exemplo. (...) A violência à escola está ligada à natureza da instituição escolar. Quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam. Por outro lado, a violência da escola é uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam [...]” Charlot (2002, p.2).

[...] a escola moderna é o locus em que se dá de forma mais coesa, mais profunda e mais duradoura a conexão entre poder e saber na Modernidade. (...) funcionando, assim, como uma máquina de governamentalização que consegue ser mais poderosa e ampla do que a prisão, o manicômio, o quartel, o hospital. [...] Veiga-Neto (2001, p. 109).

A responsabilidade da escola não é criar um universo sem conflitos, devendo exercitar a criação de um espaço em que os professores, alunos e funcionários, venham juntos construir uma conduta, tendo como base o respeito entre si, praticando, desta forma, os princípios básicos que servirão na formação do cidadão.

3.6 Polícia e Comunidade

No entendimento de Marcineiro (2009, p. 198), “comunidade pode ser entendida como um conjunto de seres vivos inter-relacionados que habita um mesmo lugar. Do ponto de vista da sociologia, uma comunidade é um conjunto de pessoas com interesse mútuo que vivem no mesmo local e se organizam dentro de um conjunto de normas”.

Cohen (1985, p. 15) entende que:

“[...] comunidade não se define apenas em termos de localidade [...]” É a entidade à qual as pessoas pertencem maiores que as relações de parentesco, mas mais imediata do que a abstração a que chamamos de (sociedade). É a arena onde as pessoas adquirem suas experiências mais fundamentais e substanciais da vida social, fora dos limites do lar.

Nas reuniões realizadas pelos conselhos comunitários de Segurança, observa-se que existe uma interação sólida e positiva, onde os representantes da comunidade juntamente com os servidores estaduais de segurança pública, que procuram debater sobre assuntos de cunho específico da segurança local e depois de análises, todos chegam a uma conclusão, que por sua vez busca a solucionar os anseios daquela comunidade.

A atividade policial torna-se mais produtiva quando se estabelece um elo com a comunidade, e isso é muito importante para que possa existir uma construção de confiança entre o policial e o cidadão. Neste processo, as partes devem se interessar para resolução de conflitos e para a manutenção da ordem pública.

3.7 O processo de mobilização

A mobilização não é um processo fácil de ser desenvolvido, tendo em vista que para que haja efetivamente, a mobilização, tanto a comunidade quanto a polícia

devem trabalhar de forma integrada. Segundo o manual do curso de polícia comunitária da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Módulo 2, 2008, p. 2), qualquer tentativa de trabalho ou programa de polícia comunitária deve incluir, necessariamente, a comunidade, pois a sua participação é um fator importante na democratização das questões de Segurança Pública, na implementação de programas comunitários que proporcionam a melhoria de qualidade de vida e na divisão de responsabilidades. “[...] a compreensão da dinâmica da comunidade é essencial para a prevenção e controle do crime e da desordem, bem como do medo do crime, porque o controle e a participação social informal (do coletivo, do grupo) são mais eficazes”.

Para Marcineiro (2009, p. 190), “[...] o primeiro passo é permitir que as comunidades participem da construção da segurança pública, pois, historicamente a participação do cidadão nas lides policiais não é bem-vinda. Esta participação não quer dizer que o cidadão comum, sem treinamento na definição de estratégias e no gerenciamento da preservação da ordem pública, vai dizer como cada segmento das organizações de polícias deve trabalhar”.

A mobilização requer alcançar um objetivo pré-definido, podendo ser também um propósito comum. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. No concreto, a mobilização é uma convicção coletiva da relevância, num sentido público, ou seja, do interesse coletivo.

3.8 O bem-estar social

A cidadania é admitida como sendo a possibilidade de adquirir uma igualdade humana básica. Neste contexto, a educação é um fator importante para o exercício dos direitos civis, que por sua vez é o mais primordial de todos os direitos do cidadão. Desta forma a educação consiste num direito, pois é condição para o exercício dos direitos civis.

Marshall (1967, p. 63-64), divide a cidadania em três elementos: a) Elemento civil: composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade, e de concluir

contratos válidos e o direito à justiça: é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual; b) Elemento político: o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo; c) “Elemento social: se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”.

Para Mello (2006, p. 5), a razão pela qual o conceito de cidadania social se tornou central nas abordagens sobre o welfare state e a defesa da democracia é que ele remete aos direitos intrínsecos à condição humana e à vida em sociedade, privilegiando o status do indivíduo enquanto ser social sobre o indivíduo enquanto agente do mercado. Privilegiar não significa, entretanto, anular ou substituir.

Isto porque na noção de cidadania encontra-se também a de estratificação social, cuja dependência do mercado é identificada na Lei de Wagner (citada em ESPING-ANDERSEN, 1991, p.92), segundo a qual a garantia dos direitos de cidadania depende da ocorrência de certo nível de desenvolvimento econômico e, portanto, de excedente, que torne possível desviar recursos produtivos para a proteção social.

Como afirma Marshall (1967), os direitos sociais do indivíduo eram originados do *status*¹ que também determinava que espécie de justiça ele podia esperar e onde podia obtê-la, e a maneira pela qual podia participar da administração dos negócios da comunidade a qual pertencia. Mas esse *status* não era de cidadania no moderno sentido da expressão. Na sociedade feudal, o *status* era a marca distintiva de classe e a medida de desigualdade.

Contudo, como admitido por Marshall, se os direitos sociais não reduziram a desigualdade social no final do século XIX, certamente abriram caminho para as políticas sociais igualitárias do século XX, cuja ascensão e início de declínio não abrangeriam mais que um quarto de século.

¹ Posição social de um indivíduo, o lugar que ele ocupa na sociedade.

Para Costa (2005, p. 88):

[...] “A omissão do Estado é, em si mesma, uma das expressões da violência e, ao mesmo tempo, a internalização no aparato da Segurança Pública, de práticas transgressoras e criminosas. O Estado não é omissor apenas nas comunidades, mas é, sobretudo, também na prática da impunidade frente a crimes cometidos por agentes do sistema legal. Isso leva o cidadão a uma tomada de ação, após não receber da Polícia o recurso necessário para os seus problemas. Aliás, recebe um problema a mais, já que quando a ela precisa recorrer em última instância, não obtém a solução que buscava”. [...].

Segundo Marcineiro e Geovanni (2005, p. 80), no mundo atual, denominado por uma ideologia neoliberal, crescem a cada dia as diferenças sociais. O abismo entre as classes sociais se alarga cada vez mais, no vácuo da ação de grupos políticos que defendem o Estado mínimo e a liberdade da economia de mercado. No bojo deste processo econômico, político e social, tem havido um crescente aumento das mazelas sociais, entre as quais a pobreza, a violência e a criminalidade. As polícias de maneira geral participam deste quadro reprimindo as classes inferiores ou subalternas, (...) defendendo um Estado que é, até provar em contrário, o principal causador das desigualdades sociais que geram a situação que é combatida pelas forças policiais.

Para Costa (2000):

[...] “a democracia liberal, originada dos movimentos do século XVIII – o liberalismo (como modo de pensar) e a Revolução Industrial (como modo de agir) – deverá ceder cada vez mais espaço à Democracia Social, na qual os conceitos de dignidade da pessoa humana e da justiça social não sejam sinônimos de pobreza, desemprego (ou subempregos), e analfabetismo, para a maioria do povo – enquanto uma minoria se beneficia -, muito menos uma simples figura de retórica para justificar os critérios da desigual distribuição das liberdades individuais e da propriedade (pela ‘divina vontade’, seja pelas leis – estas elaboradas exatamente por aquela minoria)”.

Este autor completa que:

“O aperfeiçoamento das leis e, a qualquer tempo sua irrestrita obediência, a educação do povo, e uma firme vontade de seguir em direção a uma sociedade mais justa, são os passos a serem dados para alcançarmos, se não um paraíso terrestre, pelo menos um mundo mais justo, um mundo melhor”.

4. METODOLOGIA

Tratou-se, de uma pesquisa exploratória descritiva, envolvendo como público alvo os docentes, discentes, pais de alunos, gestores escolares, comandantes e policiais de unidades de polícia comunitária, responsáveis pelas localidades e comunidades onde estão os integrantes do programa de implantação dos conselhos comunitários a partir da aplicação de um questionário estruturado. A pesquisa foi desenvolvida ao longo de um ano e um mês, onde foram entrevistados discentes, pais de aluno e 30% de docentes da escola, bem como os policiais, inseridos na unidade escolar.

Para consecução dos objetivos foram aplicados questionários de pesquisa e entrevistas junto aos moradores (apêndice A), aos discentes (apêndice B), aos docentes (apêndice C) e aos policiais militares que atuam na área do Bairro da Paz (apêndice D), tendo ainda como suporte secundário pesquisa documental, seguido de tabulação, análise e interpretação. Os questionários foram autoaplicados e salienta-se o fato de que foram aplicados antes da sensibilização.

As categorias analíticas foram digitadas no Excel e analisadas as frequências simples e relativa. Os dados foram sistematizados a partir do instrumento de coleta, utilizando uma análise estatística, onde realizou-se a caracterização dos membros envolvidos no estudo.

Também foram levantados os dados necessários para a consecução deste trabalho, pois, este tipo de metodologia, refere-se à necessidade de levar em conta a participação e as percepções dos sujeitos envolvidos na criação e na implementação dos programas sociais, considerando as relações e as representações como partes fundamentais dos êxitos e dos limites das ações.

A amostra foi constituída por 266 estudantes do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos, sendo 196 estudantes do turno diurno e 70 estudantes do turno noturno, 28 docentes da referida escola e 114 moradores de diversas localidades do Bairro da Paz, também responderam o questionário. Participaram também deste conteúdo 20 policiais militares de graduações hierarquicamente variadas, que atuam na 15ª Companhia de Polícia Militar. Além destes componentes foram também

entrevistados o Comandante da 15ª Companhia de Polícia Militar e o Comandante do Policiamento Regional - Atlântico. Os dados foram coletados mediante questionários e entrevistas realizados especificamente para este estudo.

Foram entrevistados 28 docentes e gestores do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos, todos foram sensibilizados através de atividades orientadas para a construção do Conselho Comunitário de Segurança no espaço escolar.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Situando o caso: um breve olhar sobre sua história do Bairro da Paz

Este nome inicialmente foi decorrente de uma guerra pela posse das Ilhas Malvinas entre a Argentina e o Reino Unido. O Bairro da Paz, inicialmente chamado de Malvinas no começo da sua origem em 1982, se formou com a ocupação de excluídos do mercado imobiliário que se concentravam na Avenida Paralela, bem próximo ao Bairro de Itapuã, ocorrendo um remanejamento da invasão, e logo depois de um movimento social a ocupação passou a ter uma localização fixa e permanente até os dias atuais.

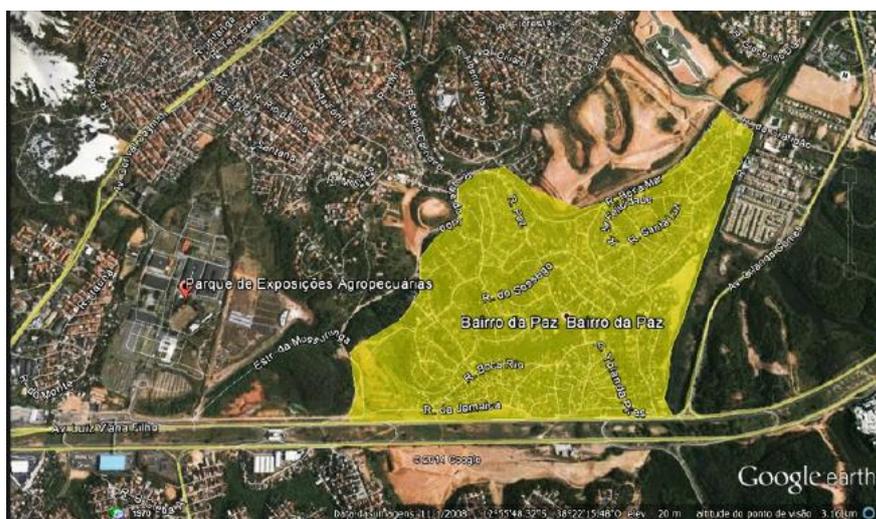


Figura 1: Localização do Bairro da Paz, SSA/BA.

Fonte: Google Earth, acesso em 23 de abril de 2015.

Nos anos de 1990, a Fundação Dom Avelar chega ao espaço da ocupação. Com isso, a imagem do bairro vai se modificando, passando a existir no lugar de barracos de madeiras, casas com edificações mais consolidadas e resistentes. É válido salientar que na ocasião o bairro sofreu precariedades por inúmeras situações, pois não existiam condições dignas de vida, tais como saneamento básico, acesso à saúde, educação e segurança.

A realidade atual não se diferencia tanto do passado. Hoje o bairro possui apenas um Centro de Saúde e o saneamento básico ainda é insuficiente. Há uma considerável degradação ambiental.

Por se tratar de uma região onde não houve o planejamento para a sua ocupação, tornou uma localidade com condições mínimas de habitação, faltando o investimento e apoio dos órgãos públicos para a construção de ruas asfaltadas, escadarias e de um plano de contenção de encostas, pois a comunidade sofre muito com as fortes chuvas, que já fizeram várias vítimas fatais.

Segundo o Fórum Permanente no Bairro da Paz (2014), o sistema educacional ainda não atende aos anseios da comunidade, já que a parceria necessária entre família e comunidade não alcança o nível necessário para garantir uma educação contextualizada, de maneira que ainda acontece uma educação “bancária”, que não contempla a totalidade da realidade atual, em grande parte porque o regime de trabalho dos pais não permite maior atenção aos filhos, bem como a própria desigualdade ou violência estrutural.

Os moradores se sentem incomodados pela maneira como são vistos por serem residentes do Bairro da Paz chegando a relatar que em algumas ocasiões se viram obrigados a omitir seu local de moradia para não serem excluídos de processos seletivos para emprego. Também contribui para o preconceito a imagem, não verdadeira, de violência do bairro, a falta de infraestrutura urbana (falta de asfaltamento nas ruas).

A propagação da mídia e outros meios de comunicação de que o bairro seria um dos mais violentos da cidade, afeta os jovens principalmente na questão da procura pelo primeiro emprego. Nem todos conhecem os seus direitos e existe comodismo da comunidade para fazer valer seus direitos, faltam políticas públicas que atendam os anseios da comunidade, pois os poderes públicos não estão desenvolvendo suas responsabilidades adequadamente.

Existem atualmente alguns grupos organizados e que atuam em diferentes áreas na comunidade, dentre elas destacam-se:

- Conselho de Moradores: é a primeira organização formada no bairro, começou com o apoio da Pastoral da Saúde;
- Colibris: Cooperativa Mista de Produtores de Corte e Costura, criada em 2005, através de uma proposta do Conselho de Moradores, com o apoio do Programa

de Responsabilidade Social da Petrobras, atualmente tem entre suas atividades a produção de calçados, confecções e artigos de vestuário;

- APOMPAZ: Instituto de Desenvolvimento do Bairro da Paz, criado em 2005, atua na atividade socioeducativa;
- ONG Renovação: Instituto Socioambiental Renovação fundado a partir da preocupação com a conservação e preservação do meio ambiente;
- O Projeto Juventude do Boxe (PJB): foi criado em 2002, trabalhando com oficinas envolvendo crianças e adolescentes, no esporte;
- Rádio Comunitária Avançar: celebrada em 2008, com a colaboração da Fundação Dom Avelar, funciona com a utilização de alto-falantes que estão afixados nos postes de iluminação, espalhados em pontos estratégicos;
- ONG Núcleo de Apoio aos Idosos e às pessoas portadoras de deficiência do Bairro da Paz: tem o objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida às pessoas idosas e trabalha com a sustentabilidade com a movimentação de matérias reciclados;
- COOPERPAZ: Cooperativa de Catadores e Reciclagem de Resíduos Sólidos e Agentes Ambientalistas do Bairro da Paz, fundado em 2002, atualmente desativada por falta de estrutura de funcionamento;

O Bairro da Paz também tem a colaboração das organizações do terceiro setor, são as seguintes: FTC (Faculdade de Tecnologia e Ciências, atua na comunidade prestando serviços de fisioterapia e odontologia); UNYHANNA (Instituto de Educação superior, atuando com o Balcão de Justiça e vestibular social); Coca-Cola (parceria com o Projeto Avançar); CDI (Comitê para Democratização da Informática); Fundação José Silveira; PETROBRAS; Santa Casa de Misericórdia da Bahia; SESC/SENAC (Serviço Social do Comércio / Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial); SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Além das organizações populares: FEASEPEB (Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado da Bahia); FETRAMEB (Federação dos Trabalhadores Municipais do Estado da Bahia); SINDIPETRO (Federação e Confederação do Esporte); SINDISEPS (Sindicato dos Servidores da Prefeitura de

Salvador) e FECOMBASE (Federação dos Empregados no Comércio da Bahia e Sergipe).

Segundo Correia e Lage (2005), “Depois de mais de duas décadas, a vida no bairro melhorou”. Mas para a maioria, as oportunidades de emprego continuam poucas. Entre as muitas queixas, os problemas que mais se destacam são os relacionados com os transportes públicos, violência urbana e falta de escolas de ensino fundamental do 6º ao 9º ano e ensino médio. As questões voltadas para melhoria dos serviços públicos essenciais, infraestrutura, urbanização e desenvolvimento local, dar-se-ão a partir da mobilização popular, articulados por grupos de moradores da comunidade principalmente com as ONGs e empresas privadas.

O Bairro da Paz com uma área de aproximadamente 1,4 km² localiza-se às margens da Avenida Luís Viana Filho (...), mais conhecida como Avenida Paralela, projetada para desafogar o tráfego da orla e facilitar a integração da cidade. Começou a ser construída no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 do século passado, é um exemplo da implantação das “avenidas de vale”, fundamentais para projetos habitacionais e serviços. É um dos vetores mais significativos da expansão territorial de Salvador, como salienta Fernandes (2004).

[...] a criação, entre finais de 1960 e começos de 1970, da Avenida Luiz Viana Filho, mais conhecida como Avenida Paralela, situou o Miolo em uma posição estratégica - entre dita Avenida e a BR 324 -, o que contribuiu tanto a acelerar sua ocupação, como para estimular ainda mais a especulação imobiliária na cidade.

[...] a ocupação foi muito combatida pela prefeitura e o governo na época, que chegaram a construir o loteamento de Fazenda Coutos 3, na Br-324, para deslocar todos os invasores [...].”

Para Dantas (2011), “Toda a trajetória desse bairro é marcada pela luta de sua comunidade em prol da manutenção da moradia e da melhoria de qualidade de vida dos moradores, e também marcada por sua identidade simbolizada por uma bandeira”.

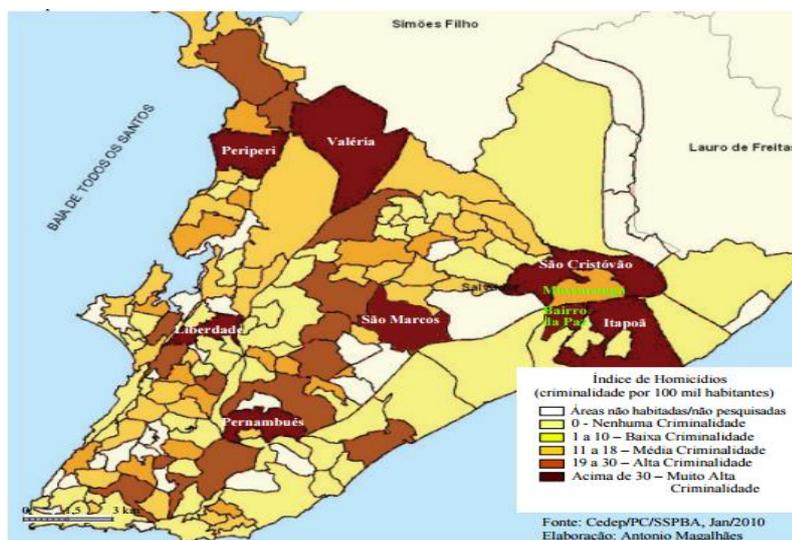
Estudo de Matos e Dantas (2012), sobre o perfil da comunidade do Bairro da Paz afirma que “O Bairro da Paz, que é um dos maiores bairros de Salvador, com população majoritariamente composta por jovens, crianças e adolescentes,

população de grande concentração de jovens negros, possui o seguinte perfil e características:

1. Alto índice de desemprego com 70% dos adultos sem vínculo formal de trabalho, baixo índice de escolaridade e baixo grau de formação profissional;
2. Insuficiência de equipamentos comunitários;
3. Condições de moradia precárias;
4. Quadro de desnutrição infantil;
5. Famílias numerosas com conflitos familiares;
6. Alto índice de alcoolismo;
7. Alto índice de violência.

Estudo elaborado por Magalhães (2011), que realizou uma análise da violência no entorno da Avenida Luiz Viana Filho, em razão do rápido crescimento que houve naquele território nos últimos anos, que em 2008 o Bairro da Paz se apresentou no cenário da segurança pública com resultados alarmantes referentes ao elevado número de homicídios e outros delitos. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes no bairro foi de mais de 30 mortes, sendo considerado como área de alta criminalidade (Figura 2).

Figura 2: Índice de homicídio, segundo taxa por 100 mil habitantes em Salvador em 2009.



Fonte: Cedep/PC/SSPBA, jan/2010, elaborado por Antônio Magalhães.

Assim, Magalhães (2011) afirma que:

"[...] nota-se a presença maior de homicídios nos bairros periféricos e de pouca infraestrutura [...] as invasões, às quais estão associados os picos de homicídios, têm vários indicadores de bem-estar social e qualidade de vida bem inferiores aos de áreas que não apresentam estes índices”.

Esses homicídios estão relacionados ao grupo de pessoas que realizam o tráfico de entorpecentes, que por sua vez é composta quase que na totalidade por jovens. Outros bairros com alta criminalidade foram a Liberdade, Pernambués, Periperi, São Marcos, Valéria, São Cristóvão e Itapuã.

5. 2 O Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos

Em cinco de junho de 2015 o Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos completou 10 anos de sua fundação. Faz-se necessário relatar um breve histórico do mesmo.

Fruto de muita luta da comunidade, na época o Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos, situado à Rua da Resistência, s/n, Praça das Decisões, Bairro da Paz, Salvador – BA. A denominação do colégio surgiu pela escolha da comunidade que reivindicou homenagem ao Mestre de Capoeira “Paulo dos Anjos” em respeito e gratidão a este cidadão, morador do bairro que muito fez pela comunidade enquanto vivia sendo considerado o primeiro “educador” pelo trabalho que desenvolvia com os jovens.

Figura 3: Quadra poliesportiva do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos.



Fonte: Arquivo do Colégio Mestre Paulo dos Anjos, 2014.

A escola iniciou suas atividades em um prédio alugado que antes era um supermercado, sem o mínimo de estrutura adequada para tal finalidade, mas com a boa vontade e determinação de todos inclusive da sua gestora, a senhora Elísia Mélia Silva Santos, este espaço, mesmo inadequado, tomou forma e cara de uma escola. Com o desenvolver das atividades, e o passar dos anos, a necessidade de ampliação da capacidade física surgia, visto que a cada ano a demanda de alunos, só aumentava e a construção da escola não era retirada do papel e nem dos sonhos de todos.

Surge então a adequação de um anexo com duas salas de aula no prédio em frente e não sendo suficiente, este foi substituído por outro em um espaço onde antes era uma creche com sete salas, mas que se localizava a aproximadamente 3 km de distância do prédio principal. Dificuldades foram muitas até o final do ano de 2010. Quando a escola foi enfim construída. Assim, o ano letivo teve início e o sonho continuava, pois, a construção não ficou pronta. A comunidade local e escolar em uma Assembleia decidiu por não iniciar as aulas nos prédios antigos por causa das fortes chuvas do período, que alagou e danificou o espaço existente.

Figura 4: Entrada principal da estrutura do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos.



Fonte: Arquivo da Instituição escolar em 07/2017.

A comunidade escolar resolveu aguardar a entrega da escola para dar início ao ano letivo de 2011. Os dias foram passando e todos estavam angustiados, pois a construtora não estava cumprindo com sua promessa de término da obra. Diante das condições do prédio antigo, foi decidida a ocupação do mesmo, ainda em construção para finalizar, só com as salas de aula prontas, para iniciar as aulas e não ter maiores transtornos e prejuízos ao ano letivo.

No dia 18 de abril de 2011, iniciou-se o ano letivo com todos os sábados comprometidos na reposição aos dias perdidos do calendário escolar determinado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, assegurando os 200 dias letivos segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

No presente, a escola está localizada à Rua Tancredo Neves, s/n, com 12 salas de aulas, um refeitório, uma sala de informática, uma sala de leitura, uma sala de vídeo e uma quadra poliesportiva. A escola conta com uma equipe de aproximadamente cem funcionários entre professores e auxiliares nos três turnos, para um número de aproximadamente de 1.450 alunos matriculados nos cursos do Ensino fundamental II, Ensino médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

5.3 A intervenção: O Conselho Comunitário de Segurança no Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos

No ano de 2015, de maneira introdutória e explicativa, foi realizada uma capacitação com palestras educativas que tiveram o objetivo de esclarecer os aspectos relevantes de uma prática de policiamento comunitário e a importância do meio escolar, para que este processo de implementação dos Conselhos Comunitários de Segurança fosse inserido no contexto das atividades da escola. Após esse momento inicial, fora instituída uma comissão, ora composta por alunos, professores, lideranças comunitárias, Federação dos Conselhos de Segurança, na pessoa do seu presidente, o Sr. Francisco Alves Borges, e integrantes da PMBA, com vistas a operacionalização do processo.

A comissão, em cumprimento as diretrizes e regulamentação do CONSEG e em atendimento ao Código Civil, convocou, mediante edital publicado na imprensa falada e escrita, bem como em redes sociais, uma Assembleia para aprovação do

Estatuto de criação, eleição e posse da 1ª Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, onde foi instituído em 18/06/2015, na área de eventos do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos, o Conselho Comunitário de Segurança do Bairro da Paz.

O campo de observação foi delimitado nesse bairro atendido pela Instituição Polícia Militar da Bahia, através da 15ª Companhia Independente de Polícia Militar pertencente ao Comando de Policiamento Regional - Atlântico. A população está caracterizada pelos docentes, discentes e demais funcionários que trabalham e são atendidos respectivamente pelo Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos, bem como os integrantes da comunidade do Bairro da Paz, onde se encontra situada a unidade escolar.

Figura 5: Atividades de sensibilização para os alunos do Colégio Mestre Paulo dos Anjos.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

5.4 A percepção das lideranças e da comunidade

Quando a abordagem nas camadas populares refere-se a violência, a mesma advém e se expressa pelo medo de sofrer algo por terceiros, conforme suscitada pela Professora Dr.^a Ivone Ferreira Costa em seu Livro *Polícia e Sociedade*, afirmando ainda que a insegurança nos bairros populares de Salvador persistem pelas precárias condições de moradia, tais como a falta de infraestruturas urbanas básicas, a constante existência e prevalência de barulho, e ainda a falta de espaço para lazer dos filhos adolescentes, aspectos estes que constituem uma das

principais características do cotidiano dos bairro populares, e isto refletem no que fora observado quanto a maioria dos moradores do Bairro da Paz que sentem-se “mais ou menos seguros” em um percentual de 51,8% dos entrevistados e moradores da localidade, enquanto 28,9% diz ter a sensação de estar seguro, provocando assim e sugerindo uma significativa situação de insegurança, onde vários fatores contribuem para a essa sensação. Tal panorama reflete a necessidade de adoção de estratégias para além do aparato policial para mitigar as questões de insegurança no Bairro da Paz. A comunidade almeja por mais segurança pública, e que esta segurança seja desenvolvida com mais eficiência e específica para atuar no combate da criminalidade, respeitando às particularidade e aspectos de cada localidade sem ferir o princípio da dignidade da pessoa humana. Os moradores sentem-se seguros quando estão sendo monitorados pela polícia, contudo ressaltam que a relação entre polícia e cidadão deve ser estabelecida para que a Instituição Policial possa atuar com mais ênfase nos locais onde realmente se concentram os problemas (Tabela 1).

Várias são as políticas públicas que propõem intervenção no ambiente escolar visando à melhoria do convívio social como um todo. No entanto, algumas dessas políticas carecem de uma avaliação para prestação de contas à sociedade. Afinal, tão importante quanto à implementação de projetos sociais dessa natureza é a avaliação desses projetos. Gandin (2002) cita que a avaliação é um aspecto tão necessário quanto à elaboração e a execução num processo de planejamento. O que implica que toda atividade que previamente programada pode e deve ser medida, compondo assim um todo que é a avaliação do processo.

Neste sentido, a grande maioria dos entrevistados (89,5%) acreditam que a escola ajuda na prevenção da violência, 65,8% consideram a escola um lugar seguro e 92,1% aprova a ação da PM na escola. Chamou a atenção que 12,3% da comunidade já sofreu alguma violência no bairro, onde as ocorrências mais comuns declaradas foram tráfico de drogas (17,6%) e brigas (9,6%), onde percebe-se certa retração por parte dos entrevistados, seja por uma questão de proteção ou por uma questão de sujeição (Tabela 1).

A atuação da PM junto aos moradores do Bairro da Paz é considerada como um fator muito importante para a segurança da comunidade. Essa interação entre

as forças mobilizadoras e os agentes que trabalham na segurança pública podem trazer benefícios para o combate da criminalidade.

As lideranças observam que a polícia militar busca sólida relação com a comunidade, a insere no processo de prevenção criminal com implementação de atividades e projetos sociais que atendam a demanda local, a polícia atua combatendo às condutas criminosas, contudo também participa diretamente na recuperação das condições de vida do bairro, servindo como uma mão amiga e mediadora, em razão de ser um dos órgãos públicos com presença constante no seio da comunidade.

A aplicação do policiamento comunitário e a criação de um Conselho de Segurança no ambiente escolar, onde 93,9% da comunidade acredita ajudar na segurança pública e 95,6% acredita reduzir a violência, são ações da PM integradas com a comunidade e por este motivo fazem a diferença no policiamento de um bairro. Estes são fatos positivos para esta filosofia de policiamento, tendo agentes mobilizadores oriundos dos grupos de atores que fazem parte da estrutura de unidade escolar.

Para os moradores do Bairro da Paz, essa parceria vem se tornado eficaz. Contudo, apenas 58,8% afirmou que a polícia atende as solicitações da população. Além disso, 53,3% afirma que conhece o conselho comunitário de segurança. Chamou a atenção também que 34,2% não considera a escola um lugar seguro. Isso sugere a necessidade de apoio e fortalecimento do Conselho Comunitário de Segurança Pública, seja através de reuniões, aquisições de materiais, tudo para o bom andamento do serviço.

É salutar que a comunidade necessita de uma autoafirmação, para que todos participem do processo de construção para a obtenção de uma segurança pública eficiente. É por isso, que há uma luta para que a comunidade entenda que sem aproximação, a polícia militar não conseguirá efetuar um policiamento voltado para os anseios dessa comunidade.

Tabela 1. Percepção das lideranças e da comunidade (n=114) sobre a violência e a segurança no Bairro da Paz, 2015.

Variável	n	%
Como se sente no bairro		
Seguro	33	28,9
Mais ou menos seguro	59	51,8
Inseguro	17	14,9
Não sabe informar	5	4,4
Escola ajuda na prevenção da violência		
Sim	102	89,5
Não	12	10,5
Sofreu alguma violência no bairro		
Sim	14	12,3
Não	100	87,7
Ocorrências conhecidas mais comuns		
Brigas	11	9,6
Roubos e arrombamentos	4	3,5
Tráfico de drogas	20	17,5
Abordagem policial inadequada	10	8,8
Não se aplica e outros	69	60,5
Escola é sinal segurança		
Sim	75	65,8
Não	39	34,2
Polícia atende solicitações da população		
Sim	67	58,8
Não	47	41,2
Conhece o conselho comunitário de segurança		
Sim	63	53,3
Não	51	44,7
Aprova a ação da PM na escola		
Sim	105	92,1
Não	6	5,3
Depende	3	2,6
Resultado do conselho na redução da violência		
Sim	109	95,6
Não	5	4,4
Criação do conselho pode ajudar na segurança		
Sim	107	93,9
Não	7	6,1

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

5.5 A percepção dos alunos do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos

Para a aplicação dos questionários aos discentes do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos, foi feita uma sensibilização que contou com a participação 266 discentes que responderam ao questionário e uma equipe foi composta por representantes das turmas formando a comissão mobilizadora. Na oportunidade foram passados para os alunos alguns conceitos sobre o policiamento comunitário e algumas definições e mecanismos de funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança. A Tabela 2 demonstra uma síntese do questionário aplicado a esses alunos na sensibilização.

Quando são pontuadas questões direcionadas ao ambiente escolar, os alunos entrevistados divergem e dividem as opiniões, desenhando um quadro aparentemente estável, como se a escola conseguisse tratar de maneira equilibrada questões de segurança e insegurança, com certa relevância nos questionamentos e colocação em meio à diversidade de opiniões. Eles sugerem uma melhoria da atuação da polícia na intensificação das rondas, além de mais humanidade por parte da polícia, maior colaboração da população e qualificação dos policiais.

A partir dos questionários aplicados com os alunos, chamou-se a atenção para o que 45,1% desses sentem com relação a “mais ou menos” seguro na escola. Os dados apontam que a sensação de segurança com relação ao que foi colocado na Tabela 1, quanto ao que acha a comunidade com relação a essa sensação de estar ou não seguro, resultando de forma negativa em relação ao bairro, onde apenas 32,0% dos discentes considerou-se seguro na sua comunidade, ou seja, no Bairro da Paz. Há espaços de violência mais comuns na área externa para 45,1% deles. Ainda assim, é relevante refletir sobre o que 27,1% afirmaram quanto a questão da violência dentro da sala de aula e na portaria, destacando-se 13,2%, como se verifica na Tabela 2. Vale ressaltar que este fato deva ser melhor trabalhado pela equipe da política comunitária, visto que 18% desses alunos entrevistados, no que refletem um total de 48 alunos, já sofrera algum tipo de violência na escola, sendo o *bullying* uma das mais comuns citadas seguido de ameaça e agressão física.

A existência de casos de violência em diversas interfaces foi delatada, ainda que em índices bastante distintos. Das modalidades de violências praticadas no espaço escolar, destaca-se a prática do *bullying*² (40,2%), seguida de ameaças (17,3%), agressão física (13,2%) e danos ao patrimônio (12%). Na visão dos discentes as ocorrências mais comuns no bairro referem-se ao uso de drogas, tráfico de drogas, violência física, violência policial, brigas, som alto, furtos, violência contra mulher, armas, *bullying*, tiroteio. Observa-se que tanto na opinião dos estudantes quanto na visão dos moradores, a questão da violência policial, doméstica e a questão do tráfico de drogas, são preocupações comuns.

²*Bullying* é um termo utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo ou grupo de indivíduos causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder.

Tabela 2. Percepção dos discentes (n=266) sobre os conselhos comunitários de segurança, a atuação na escola e sugestões no Bairro da Paz, 2015.

Variável	n	%
Relação entre alunos e professores		
Ótima	68	25,6
Boa	174	65,4
Ruim	64	9,0
Sensação de segurança na escola		
Seguro	112	42,1
Mais ou menos seguro	120	45,1
Inseguro	13	4,9
Não sabe avaliar	21	7,9
Sensação de segurança no bairro		
Seguro	85	32,0
Mais ou menos seguro	95	35,7
Inseguro	23	8,6
Não sabe avaliar	63	23,7
Espaços de violência na escola		
Na área externa (via pública)	120	45,1
Na portaria	35	13,2
Nas dependências da escola	5	1,9
Nas salas de aula	72	27,1
Outros	34	12,8
Sofreu violência na escola		
Sim	48	18,0%
Não	218	82,0%
Casos comuns		
Bullying	107	40,2%
Ameaças	46	17,3%
Agressão física	35	13,2%
Danos ao patrimônio da escola	32	12,0%
Furtos/roubos	26	9,8%
Drogas e outros	20	6,8%
Aprova a ação da PM na escola		
Sim	187	70,3%
Não	58	21,8%
Depende	21	7,9%
Ouviu falar no conselho comunitário		
Sim	136	51,1%
Não	130	48,9%
Criação do conselho pode ajudar na segurança		
Sim	215	80,8%
Não	51	19,2%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A maioria dos alunos já ouviriam falar no Conselho Comunitário de Segurança (51,1%) e a grande maioria (84,2%) acreditam que a criação do Conselho ajuda na segurança, onde o colégio atuaria como mobilizador para a formalização do Conselho e se tornaria um cenário de encontro entre a comunidade escolar, a comunidade civil organizada e todos os componentes da segurança pública estadual. O tema mobilização social foi um dos destaques durante as palestras e foi observado que houve uma grande participação dos alunos nos debates, onde estes realizaram questionamentos e sanaram algumas dúvidas que tinham em relação ao assunto. Salientaram que o projeto é uma ferramenta que os auxiliam na formação dos seus ideias e objetivos. Segundo uma das alunas “[...] é um programa que facilita uma interação dos agentes de segurança pública com a comunidade, e provoca uma mudança de vida de forma positiva [...]”.

Figura 6: Comissão mobilizadora composta por alunos.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Para os alunos, o Conselho Comunitário de Segurança faz com que exista uma aproximação da comunidade com os policiais militares e os demais agentes que trabalham na segurança pública. Esse foi um ponto muito abordado entre eles, como pode ser observado no registro da explanação de outra discente:

“[...] antes quando a gente via um carro da PM, a gente tinha medo e tudo mais, mas a partir do momento em que eles começaram a conversar com a comunidade, visitar as escolas, e conversar com os professores e com as lideranças comunitárias, a gente percebeu que o trabalho da PM é totalmente diferente do que se imaginava [...]”.

Sobre a questão da estrutura de serviços públicos, nota-se a carência de atendimento de emergência, lotéricas, SAC³, creches, defensoria pública, cursos de capacitação, conselho tutelar e base móvel de policiamento ostensivo. Os entrevistados formam uníssonos em enfatizar a presença da Base Comunitária de Segurança instalada no Bairro na redução dos índices de violência e que a implantação do Conselho Comunitário pode auxiliar sobremaneira na segurança do Bairro da Paz.

Com o propósito de verificar os principais problemas de segurança pública intra e extraescolar e implantação do Conselho Comunitário de Segurança no Bairro da Paz, a maioria dos discentes (65,4%) da Escola Estadual Mestre Paulo dos Anjos, declararam boa a relação entre alunos e professores e sentem-se mais ou menos seguro. Tal declaração mostra certa instabilidade, tendo em vista que as expressões são ambíguas no que concernem as ocorrências rotineiras declaradas pelos moradores locais. Entretanto, os alunos avaliam o ambiente escolar “tranquilo” em relação ao ambiente externo, tendo 45,1% afirmado que se sentem “mais ou menos” seguro na escola e 4,9% relataram que não se sentem seguros no ambiente escolar.

Mesmo admitindo considerar a atuação da polícia no bairro um tanto inadequada, a atuação da Polícia Militar no ambiente escolar é aprovada por 70,3% do público entrevistado. E seguem sugerindo mais segurança, cursos para jovens, esportes, construção de quadras, programação de palestras, realização de rondas ostensivas, educação voltada para a cultura da paz, projeto de integração e vídeo monitoramento. Nestes termos, 53% dos entrevistados admitiram ter ouvido falar sobre o Conselho Comunitário e julgaram importante sua implantação no bairro. Entretanto, não conhecem uma estrutura de Conselho, carecendo de uma maior aproximação para esclarecimentos junto aos estudantes e moradores, sobre a filosofia de um Conselho de Segurança e o que ele objetiva.

³SAC: Superintendência de Atendimento ao Cidadão.

5.6 Percepção dos Professores sobre a violência

Grande parte dos professores (96,4%) que participaram da pesquisa fizeram alusão ao quanto proposto para Criação do Conselho Comunitário de Segurança em ajudar na segurança, elogiando a atuação dos policiais que estavam atuando durante a sensibilização e às atividades desenvolvidas pela Base Comunitária da localidade.

A maioria dos docentes sente-se seguro em seu ambiente de trabalho (53,6%) e muitos dos entrevistados são moradores do bairro e também ressaltaram que não se sentia seguro em suas residências e nem em locais públicos do bairro.

Salientam também, que essa interação firmada com professores e funcionários, juntamente com os agentes de segurança pública, acabam unindo esforços e trabalhando em prol da conscientização dos estudantes em relação aos prejuízos que a falta de comunicação entre às Instituições acabam provocando na convivência dentro da sociedade.

Constatou-se que a inserção dos alunos na criação dos Conselhos Comunitários e ações voltadas para essa participação e responsabilização, pode fazer com que estes alunos sintam parte desta construção, podendo influenciar na ocorrência de violências na escola e um respeito maior aos professores e colegas. O caminho é tornar os jovens agentes multiplicadores da cultura da paz social.

Tabela 3. Percepção dos docentes (n=28) sobre os conselhos comunitários de segurança, a atuação na escola e sugestões no Bairro da Paz, 2015.

VARIÁVEL	n	%
Relação entre alunos e professores		
Ótima	13	46,4
Boa	10	35,7
Ruim	5	17,9
Sensação de segurança na escola		
Seguro	15	53,6
Mais ou menos seguro	10	35,7
Inseguro	3	10,7
Não sabe avaliar	-	-
Sensação de segurança no bairro		
Seguro	12	42,9
Mais ou menos seguro	13	46,4
Inseguro	2	7,1
Não sabe avaliar	1	3,6
Espaços de violência na escola		
Na área externa (via pública)	13	46,4
Na portaria	10	35,7
Nas dependências da escola	2	7,1
Nas salas de aula	2	7,1
Outros	1	3,6
Sofreu violência na escola		
Sim	21	75,0
Não	7	25,0
Casos comuns		
Bulling	19	67,9
Ameaças	2	7,1
Agressão física	1	3,6
Danos ao patrimônio da escola	2	7,1
Furtos/roubos	1	3,6
Drogas	2	7,1
Outros	1	3,6
Aprova a ação da PM na escola		
Sim	26	92,9
Não	2	7,1
Depende	-	-
Ouviu falar no conselho comunitário		
Sim	25	89,3
Não	3	10,7
Criação do conselho pode ajudar na segurança		
Sim	27	96,4
Não	1	3,6

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

5.7 Percepção dos policiais militares que atuam na área do Bairro da Paz

Em relação às entrevistas que foram realizadas com um grupo de policiais militares que reuniu desde os Comandante da Unidade Operacional e da Base Comunitária aos policiais militares pertencentes à 15ª Companhia Independente de Polícia Militar que estão envolvidos direta ou indiretamente com as atividades de policiamento ostensivo e preventivos através de projetos socioeducativos, culturais e desportivos, onde a amostra é composta de 20 policiais, sendo 39% do sexo feminino e 61% do sexo masculino, a maioria dos pesquisados tem formação escolar de nível superior (80%) e os demais estão em fase de conclusão de curso.

A grande parte dos policiais (95%) possui conhecimentos atualizados sobre o currículo utilizado pelo programa de policiamento comunitário e afirmam que sempre estão buscando outras literaturas que são importantes para complementação do conhecimento da temática, analisando desta forma as suas relações e consequências.

Os policiais consideram que a proposta de criação de um Conselho Comunitário de Segurança envolvendo os alunos e professores do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos e também a comunidade do Bairro da Paz tem uma boa aceitação, e que os assuntos abordados, durante às sensibilizações e nas reuniões de articulação mobilizadora são objetivos, assim como os fundamentos utilizados nos conteúdos das diretrizes básicas do policiamento comunitário.

Destacaram que às explanações foram claras e facilitaram para uma boa assimilação por parte dos alunos. Desta forma, na visão técnica dos policiais, os alunos demonstraram uma participação ativa nas atividades proposta pelo projeto e que o tempo destinado para discutir sobre os assuntos e responder os questionamentos dos alunos foi suficiente, além do envolvimento dos gestores e professores na programação.

Os policiais entrevistados em caráter unânime salientam que:

A criação de um Conselho Comunitário de Segurança no Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos, e que envolve professores, alunos, lideranças, a comunidade e os agentes de segurança pública, é um projeto que proporciona uma mudança de pensamento tanto por parte do policial quanto da comunidade em geral (alunos, pais e educadores), em que é marcante a reafirmação da quebra de paradigmas e a relação torna-se mais estreita e harmoniosa, pois o grau de confiança vai crescendo a cada reunião e através dos contatos com a comunidade essa relação se fortalece.

A ação de criação do Conselho no ambiente escolar é bem aceito pelos alunos, visto que a presença e a postura de um bom e exemplar policial militar, faz com que os alunos sintam-se incentivados e sigam corretamente todas as orientações e aconselhamentos dos temas abordados e desta forma estabelecem como modelo de convivência social, à interação entre as instituições envolvidas no processo.

É percebido também que durante a fase da adolescência, os estudantes não estão preparados para enfrentar situações que envolvam criminalidade e violência, e isso é muito preocupante, em razão destes indivíduos estarem vulneráveis a fatores de risco. Muitos destes estudantes não têm uma boa estrutura familiar, vivem uma precária realidade sociocultural e econômica, não possuem uma orientação religiosa e vivem outros aspectos que agravam ainda mais a possibilidade de fazer um julgamento correto e equilibrado sobre determinados assuntos complexos. Contudo, os alunos se tornam naturalmente uma porta de acesso para um diálogo com os seus familiares e com a comunidade, realizando o papel de agentes multiplicadores e atraindo à comunidade para o ambiente escolar, onde por sua vez será o cenário perfeito para a discursão de diversos assuntos que promovam a harmonização da comunidade.

Os policiais foram uníssonos ao concordar com a necessidade de dar maior abrangência ao projeto, fundamentando que, quanto mais pessoas receberem a informação mais pessoas com consciência teremos, aproximando os agentes de segurança pública, escola e sociedade em uma causa comum.

Por outro lado, os policiais passaram a pontuar alguns aspectos que prejudicam na aplicação e desenvolvimento do projeto:

a) A ausência de recursos materiais e financeiros para o custeio das atividades que serão desenvolvidas pelo projeto;

b) A falta de relação e envolvimento com outras Instituições para proporcionar um maior alcance do projeto, pois essa relação pode gerar parcerias;

Apontam que é de extrema necessidade que haja uma equipe de policiais para que possa desenvolver exclusivamente a atividade de policiamento comunitário e que à Instituição Policial Militar possibilite tempo suficiente para que os seus prepostos possam fazer um acompanhamento dos alunos, dos gestores, das lideranças e da comunidade, principalmente dos casos que necessitam de uma atenção especial.

5.8 Avaliação dos Gestores de policiamento da área do Bairro da Paz

A amostra é composta de 100% de indivíduo do sexo masculino. A pesquisa aponta que o policiamento comunitário deve ser discutido e reorganizado periodicamente para estar sempre evoluindo suas ações, pois a sociedade vem crescendo e as culturas se diversificando, de forma que as lideranças comunitárias e a polícia deverão sempre estar procurando novas formas de utilização do policiamento comunitário. A perspectiva é dessa ação não cair em desuso, para que sempre seja capaz de solucionar os problemas existentes na comunidade inerente a segurança pública e outros que puderem ser orientados.

Os gestores de segurança pública que coordenam o policiamento comunitário no Bairro da Paz destacam que está ainda muito longe de sanar totalmente as problemáticas de segurança do dia-a-dia daquela comunidade, pois ainda há falha na gestão de comunicação entre os cidadãos e os agentes de segurança pública, citaram como exemplos o desinteresse de alguns componentes da comunidade, a falta de compromisso de algumas lideranças, a falta de agentes mobilizadores e a ausência de articulações institucionais promovidas pela sociedade civil organizada.

Porém, a força humana é que sobrepõem as dificuldades governamentais, onde os policiais militares têm a hombridade de driblarem as dificuldades e efetuarem o policiamento junto com a comunidade, fazendo acontecer a segurança pública, tratando o marginal com o rigor previsto na lei e o cidadão com respeito aos seus direitos e garantias individuais, a fim de efetuarem o policiamento a contento no bairro, ofertando cada vez mais segurança à comunidade, mesmo com o risco da própria vida.

Embora os problemas continuem se apresentando no ambiente escolar, mesmo havendo rondas policiais dentro da sua limitação, a aceitação por parte dos alunos e professores foram satisfatórias, quase que em sua totalidade, os atores envolvidos no processo foram receptivos quanto à proposta de criação do Conselho Comunitário de Segurança Pública, tendo como unidade mobilizadora o Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos.

Para os gestores de segurança pública da área onde se localiza o Colégio, o projeto de criação do Conselho de Segurança no seio da comunidade escolar irá proporcionar diariamente várias ações com fulcro na prevenção do crime e na pacificação tanto do ambiente escolar quanto da comunidade em geral. Isso se dará através de reuniões de articulações, visitas, palestras e com o contato diário no Colégio, possibilitando uma rede de mobilização constante e que sempre terá a movimentação, uma das características marcante da escola.

Melhores resultados em segurança pública serão alcançados, a médio e longo prazo, investindo prioritariamente em medidas proativas, que evitam o surgimento do delito e do delinquente.

5.9 POTENCIALIDADES E DIFICULDADES

Com a implementação e efetivação do Conselho de Segurança e com esse todo o aparato inerente, espera-se um maior estreitamento do poder público com a comunidade através de uma ouvidoria mais eficiente e eficaz, proporcionando ao cidadão, além de subsidiar o poder público na tomada de decisões, sugerir mudanças e melhorias para a sua comunidade (proatividade). A relevância valer-

se-ia, também, na quebra de paradigmas, onde a imagem repressora do estado seria substituída, paulatinamente, pela parceria poder público x comunidade. De posse da real necessidade local, mediante relatórios das ouvidorias, o estado poderia planejar ações estratégicas, principalmente na área de segurança pública, de forma cirúrgica e contundente.

Contudo, a maneira unilateral e superficial como é tratada a segurança pública no país, além da marginalização da população na tomada de decisões, onde essa, por vezes, é utilizada como massa de manobra e curral eleitoral, favorece a violência estrutural imperante na sociedade. Os investimentos em saúde, educação e segurança pública, setores basilares para o bem-estar social, são a quem do necessário e são ingredientes catalizadores nesse caldeirão efervescente de carência e descaso governamental. E é, em meio a esse contexto, que a comunidade busca se equilibrar entre o desamparo estatal e a marginalidade: produto dos dejetos oriundos dessa incompetência governamental.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da pesquisa realizada, pode-se extrair que há ainda muitas lacunas na atuação da política comunitária e a necessidade da polícia e a efetiva presença daquela no ambiente escolar ou no bairro pesquisado. Fica um hiato a ser respondido pois, percebe-se nas entrelinhas que a sensação de segurança, pode estar atrelada ao fator de ser morador e já conhecer o “perigo” ou “perigos” eminentemente expostos por eles próprios.

Apesar de não ser o objetivo central deste estudo, a questão da segurança e insegurança parece relacionada aos crimes contra a vida. Quadro que desperta preocupação uma vez que os crimes de menor potencial ofensivo parecem costumeiros, sendo incluídos no bojo da violência que gera a insegurança. Neste sentido, os pressupostos do policiamento comunitário, precisam ser reascendidos a fim de diminuir a demanda de crimes menores, prevenindo assim os maiores.

O Conselho Comunitário de Segurança é formalizado nas comunidades pela iniciativa da PMBA, instrumentalizada pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia, autenticando e obedecendo a uma das metas do plano do governo estadual. Essa realmente é uma prática da Instituição PM, que sempre busca oferecer à comunidade um atendimento de excelência, tendo em vista que este mecanismo de aproximação da comunidade com os agentes de segurança pública é uma ferramenta que, através da prevenção, pode-se obter a médio ou longo prazo uma grande contribuição para a diminuição dos índices criminalidade e proporcionar uma maior participação da comunidade nas tomadas de decisões, evitando, assim, o aparecimento de delitos decorrentes da falta de comunicação entre às Instituições envolvidas no processo de segurança pública.

Consolidar junto à sociedade a imagem do policial militar como referência positiva e possibilitar a redução de problemas locais afetam a segurança pública, em vista da oportunidade; ajudar os estudantes a reconhecerem e resistirem às pressões e influências para a cultura de violência, através de instrumentos que priorizem a moral, os bons costumes, a afetividade e modelos de vida saudável e contribuir com a segurança pública do Bairro da Paz, tendo o Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos, atuando como agente mobilizadora na prevenção da

criminalidade, tornando-se um cenário propício para a articulação da comunidade no que se refere às discussões voltadas para uma segurança pública eficiente.

A criação de um Conselho de Segurança tem sido iniciativa importante para mobilização da comunidade estudantil em torno do tema, favorecendo o enriquecimento da formação dos alunos. Pode também ser instrumento de legitimidade para a comunidade e suas lideranças, que por sua vez irão tornar o ambiente escolar um lugar mais democrático e seguro, fazendo com que a realidade do grupo social seja discutida e analisada pelos principais protagonistas. Estes serão os futuros representantes desta comunidade. Como conclusão, sugerimos como ferramentas para prevenção da violência, a realização de cursos sobre temas voltados para a situação da segurança pública, maior acesso a atividades esportivas regulares, mais aproximação dos pais com o corpo docente, oficinas profissionalizantes e presença policial em cada turno na escola. O uso de câmeras de segurança, maior interação dos policiais com a comunidade podem ser recursos importantes para auxiliar na segurança da população e aprofundamento da polícia comunitária como novo paradigma da segurança pública na Bahia.

7. REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Reflexões sobre a Anomia na Contemporaneidade**. 1998, p. 24.

ARAÚJO, Adauto Silva; COSTA, Júlio César e FERNANDES, José Antônio da Costa. **Polícia Interativa: A Democratização e Universalização da Segurança Pública**. UFES, 1998.

ARRUDA, Luiz Eduardo Pesce de. **O líder policial e suas relações com os Conselhos Comunitários de Segurança em São Paulo**. A Força Policial, n. 16, out./dez 1997. São Paulo.

BANDEIRA, Marina. **Definição das variáveis e métodos de coleta de dados**. Laboratório de Psicologia Experimental. Departamento de Psicologia – UFSJ. Disponível em < <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/lapsam/Texto%209-DEFINICAO%20E%20COLETA.pdf>> Acesso em 10 de abr. 2015.

BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. **POLÍCIA COMUNITÁRIA - POLÍCIA CIDADÃ PARA UM POVO CIDADÃO**. Curitiba: Associação da Vila Militar - Publicações Técnicas - 1. Ed., 2004.

BONONI, José Carlos. **Conselhos Comunitários de Segurança e policiamento comunitário**. Revista Direito Militar, n. 15, jan./fev 1999. São Paulo.

CERQUEIRA, Carlos M. N. **Para uma metodologia do estudo da criminalidade e da violência**. Brasília:..., 1985, p.8.

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº. 8, jul./dez 2002.

COHEN, Anthony. **A construção simbólica da comunidade**. Londres: Routledge, 1985.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. 27 ed. São Paulo: Saraiva 2001.

COSTA, Alcino L. C. **Discurso sobre a proteção social (didática para aplicação da sociologia às atividades da polícia ostensiva)**. Belo Horizonte: Literatura, 2000.

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e Sociedade**. Gestão de segurança pública, violência e controle social. Salvador: EDUFBA, 2005. 244 p.

COSTA, J. Freire **“O medo social”**. Veja 25 anos: reflexões para o futuro. Abril, 1993, p. 83-89.

CRAVALHO, Glauber da Silva. **Policiamento Comunitário – origens**. São Paulo, POLICIALESP, Apostila, 1998, p. 49.

DANTAS, Idimara Maria Paes. **Desenvolvimento territorial: um olhar transformador sobre o Bairro da Paz**. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Administração, Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social. Salvador. 2011.

_____. Diário Oficial da União. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências**, 1998. Brasília.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas de welfare state**. Lua Nova, São Paulo: Cedec, n.24, p.85-116, 1991

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei Federal nº 8.069, 1999.

FEBPAZ, **Situação atual do Bairro da Paz, Uma visão compartilhada**. Fórum Permanente de Entidades do Bairro da Paz. Salvador, fundado em 2006, publicação deste trabalho em 2014.

FERNANDES, Rosali Braga. **Processos recentes de urbanização / segregação em Salvador: o miolo, região popular e estratégica da cidade**. Ciências Sociais (Série documental de Geo Crítica). Universidade de Barcelona. Vol. IX nº 523, 20 de Julio de 2004.

FERNANDES, Rubem César. In: **Policiamento Comunitário: Como Começar**. RJ: POLICIALERJ, 1994, p. 10.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 46. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 213 p. GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos culturais, social, político, religioso e governamental. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

KEMMIS e MC TAGGART, 1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248.

LAZZARINI, Álvaro. **Direito Administrativo da Ordem Pública**. Op. Cit. p. 20.

MAGALHÃES, Antônio Carlos Silva. **Análise de segurança da População do Entorno da Avenida Paralela, em Salvador: O exemplo do Bairro Mussurunga e Bairro da Paz**. UFBA, Salvador. 2011.

MARCINEIRO, Nazareno, **Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades** – Florianópolis: Insular, 2009, p. 19.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni C. **Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI** – Florianópolis: Insular, 2005, p. 47.

MARPHY, Patrick V. **Grupo de trabalho para implantação da polícia comunitária**. 1993, p. 3.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATOS, Ana Cristina e DANTAS, Raymundo, **“Comunidade do Bairro da Paz: uma experiência brasileira de combate à pobreza”**, Revista Angolana de

Sociologia [Online], 9/2012, posto online no dia 29 de julho 2013, consultado no dia 23 de abril de 2015. URL: <http://ras.revues.org/481>; DOI 10.4000/ras.481.

MELLO, Marinilzes Moradillo. **Políticas Sociais e Polícita de Bem-estar: algumas considerações**. Copyright. 2006.

MONTEIRO, Sílvio Tavares. **Projetos: Como fazer e gerenciar usando a informática**. Florianópolis: Visual Book, 2004. 268 p.

PERES, M. F. T. **Prevenção e Controle: Oposição ou Complementaridade para a Redução da Violência?** In: Revista Ciência e Cultura. Sociedade brasileira para o progresso da ciência. Ano 54 nº1. Jul/ago/set 2002.

PERLMAN, Janice, **Cidades são Ótimas**. São Paulo. Revista Veja abril, 1994, p. 4.

PINHEIRO, Paulo César. **Polícia e consolidação democrática: o caso brasileiro**. In: _____. et al. (Org.). São Paulo sem medo: **um diagnóstico da violência urbana**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

PINHEIRO, P. S.; ALMEIDA, G. A. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

RODRIGUES, Neidson. **Educação: da formação humana à construção do sujeito ético**. Educ. Soc. Campinas, São Paulo: 2001.

SANTANDER, Elismar. **Em defesa da vida: um programa de prevenção contra o uso de drogas na escola, na família e na comunidade**. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTIAGO, Carlos A. **Doutrina de Policiamento Ostensivo**. Florianópolis. CEPM, 1997. p. 6.

_____. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Polícia Comunitária – Módulo II**. Ministério da Justiça. Brasília, 2008. SILVA, Plácido e. **Vocabulário Jurídico. 4v**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

SILVA, Jorge da. **Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional**. RJ: Forense, 1990.

SILVA, José Fernando Siqueira. **O método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural**. UNESP de Franca. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/O%20Metodo%20em%20Marx.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2015.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento Comunitário**. Tradução Ana Luiza Amêndola Pinheiro. 1 ed.,reip. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p.125.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem Saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SOUZA, Elenice de. **Como tornar o Policiamento Comunitário viável na prática?** Texto apresentado no encerramento do Curso de Multiplicadores de Polícia Comunitária promovido pela Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais, nov/ 2005. p. 2.

TAVARES DOS SANTOS, José V. (Org). **Violências, América Latina: A Disseminação de Formas de Violência e os Estudos sobre Conflitualidades.** Revista Sociologias nº. 8, Porto Alegre – RS, July/Dec. 2002.

TROJANOWICZ, Robert; BOUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário, como começar.** Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. 2 ed. São Paulo: Polícia Militar do estado de São Paulo, 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & e Educação.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Bairro da Paz: Da Resistência à Sobrevivência.** CORREIA, Marcell Amorim e LAGE, Creuza Santos. 20 a 26 de março de 2005.

ZALUAR, Alba (Org.). **Drogas e cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 1994. **Às Drogas e À Violência pela PMSC (PROERD).** Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. (Monografia de Especialização).

ZALUAR, Alba e LEAL, Maria C. **VIOLÊNCIA EXTRA E INTRAMUROS,** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 16, nº. 45, São Paulo, Fevereiro de 2001.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS MORADORES E LIDERANÇAS

FORMULÁRIO DE PESQUISA PARA OS MORADORES

Este formulário de pesquisa é parte integrante do Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública. Sendo responsáveis por este Trabalho o mestrando Antônio Deiró França, que visa elaborar um estudo sobre conselho Comunitário de Segurança Pública no Bairro da Paz: Uma intervenção a partir do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos como unidade mobilizadora.

Solicito a sua colaboração na resposta franca aos quesitos abaixo, como forma de aprimoramento das estratégias de segurança pública, na busca de uma convivência em sociedade mais pacífica.

O presente questionário tem o objetivo diagnosticar os principais problemas de segurança pública no Bairro da Paz. Ao respondente é resguardada a não identificação. Portanto, **a identificação não é obrigatória.**

- 1 Como Você se sente no Bairro da Paz?
 Seguro
 Mais ou menos seguro
 Inseguro
 Não sabe avaliar
- 2 Você acredita que a escola pode ajudar na prevenção da violência no bairro?
 Sim Não
- 3 Você já sofreu alguma violência no bairro?
 Sim Não
- 4 Que tipo de ocorrências são mais comuns no bairro da paz?

- 5 Você considera a escola um local seguro?
 Sim Não
- 6 Em sua opinião a polícia atende bem as solicitações da população?
 Sim Não
- 7 O que você sugere para melhorar a atuação da polícia no bairro?

- 8 Você em algum momento ouviu falar sobre Conselho Comunitário de Segurança?
() Sim () Não
- 9 Você aprova a atuação da PM no ambiente estudantil?
() Sim
() Não
() Depende.
Explique: _____
- 10 Que atividades poderiam ser desenvolvidas na escola para evitar a violência?

- 11 Que atividades poderiam ser desenvolvidas no Bairro da Paz que podem ajudar na segurança da população?

- 12 Que serviços públicos poderiam ser implantados no Bairro da Paz que podem ajudar na qualidade de vida e emprego da população?

- 13 A Implantação da Base Comunitária tem dado resultado na redução da violência no Bairro da Paz?
() Sim () Não
- 14 Em sua opinião, a criação de um Conselho Comunitário de Segurança pode ajudar na segurança do bairro?
() Sim () Não

Muitíssimo Obrigado!

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO AOS DISCENTES

FORMULÁRIO DE PESQUISA PARA OS DISCENTES

Este formulário de pesquisa é parte integrante do Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública. Sendo responsáveis por este Trabalho o mestrando Antônio Deiró França, que visa elaborar um estudo sobre conselho Comunitário de Segurança Pública no Bairro da Paz: Uma intervenção a partir do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos como unidade mobilizadora.

Solicito a sua colaboração na resposta franca aos quesitos abaixo, como forma de aprimoramento das estratégias de segurança pública, na busca de uma convivência em sociedade mais pacífica.

O presente questionário tem o objetivo diagnosticar os principais problemas de segurança pública no Bairro da Paz. Ao respondente é resguardada a não identificação. Portanto, **a identificação não é obrigatória.**

1 Como você avalia a relação entre alunos e alunos/professores:

- () Ótima
- () Boa
- () Ruim

2 Como Você se sente na escola?

- () Seguro
- () Mais ou menos seguro
- () Inseguro
- () Não sabe avaliar

3 Como Você se sente no Bairro da Paz?

- () Seguro
- () Mais ou menos seguro
- () Inseguro
- () Não sabe avaliar

4 Em quais espaços da escola você verifica situações de violência?

- () Na área externa (via pública)
- () Na portaria
- () Nas dependências da Escola
- () Nas salas de aula

outros _____

- 5 Você já sofreu alguma violência no espaço escolar?
() Sim () Não
- 6 Quais são os casos mais comuns?
() Billing
() Ameaças
() Agressão física
() Danos ao patrimônio da Escola
() Furtos/Roubos
() Drogas
() Uso/Intimidação por armas
() Outro _____
- 7 Que tipo de ocorrências é mais comum no bairro da paz?

- 8 Em sua concepção, quais as principais causas da violência nas escolas?

- 9 Você aprova a atuação da PM no ambiente estudantil?
() Sim
() Não
() Depende. Explique: _____
- 10 Que atividades poderiam ser desenvolvidas no Bairro da Paz que podem ajudar na segurança da população?

- 11 Qual sua sugestão para evitar a violência na escola?

- 12 Você em algum momento ouviu falar sobre Conselho Comunitário de Segurança?
() Sim () Não
- 13 Que atividades poderiam ser desenvolvidas na escola para evitar a violência?

- 14 Em sua opinião, a criação de um Conselho Comunitário de Segurança pode ajudar na segurança do bairro?
() Sim () Não

Muitíssimo Obrigado!

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO AOS DOCENTES

FORMULÁRIO DE PESQUISA PARA OS DOCENTES

Este formulário de pesquisa é parte integrante do Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública. Sendo responsáveis por este Trabalho o mestrando Antônio Deiró França, que visa elaborar um estudo sobre conselho Comunitário de Segurança Pública no Bairro da Paz: Uma intervenção a partir do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos como unidade mobilizadora.

Solicito a sua colaboração na resposta franca aos quesitos abaixo, como forma de aprimoramento das estratégias de segurança pública, na busca de uma convivência em sociedade mais pacífica.

O presente questionário tem o objetivo diagnosticar os principais problemas de segurança pública no Bairro da Paz. Ao respondente é resguardada a não identificação. Portanto, **a identificação não é obrigatória.**

1 Como você avalia a relação entre alunos e alunos/professores:

- () Ótima
- () Boa
- () Ruim

2 Como Você se sente na escola?

- () Seguro
- () Mais ou menos seguro
- () Inseguro
- () Não sabe avaliar

3 Como Você se sente no Bairro da Paz?

- () Seguro
- () Mais ou menos seguro
- () Inseguro
- () Não sabe avaliar

4 Em quais espaços da escola você verifica situações de violência?

- () Na área externa (via pública)
- () Na portaria
- () Nas dependências da Escola
- () Nas salas de aula

outros _____

- 5 Você já sofreu alguma violência no espaço escolar?
() Sim () Não
- 6 Quais são os casos mais comuns?
() Billing
() Ameaças
() Agressão física
() Danos ao patrimônio da Escola
() Furtos/Roubos
() Drogas
() Uso/Intimidação por armas
() Outro _____
- 7 Que tipos de ocorrências são mais comuns no bairro da paz?

- 8 Em sua concepção, quais as principais causas da violência nas escolas?

- 9 Você aprova a atuação da PM no ambiente estudantil?
() Sim
() Não
() Depende. Explique: _____
- 10 Que atividades poderiam ser desenvolvidas no Bairro da Paz que podem ajudar na segurança da população?

- 11 Qual sua sugestão para evitar a violência na escola?

- 12 Você em algum momento ouviu falar sobre Conselho Comunitário de Segurança?
() Sim () Não
- 13 Que atividades poderiam ser desenvolvidas na escola para evitar a violência?

- 14 Em sua opinião, a criação de um Conselho Comunitário de Segurança pode ajudar na segurança do bairro?
() Sim () Não

Muitíssimo Obrigado!

APÊNDICE D – ENTREVISTA PARA OS COMANDANTES

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA OS COMANDANTES

Este formulário de entrevista é parte integrante do Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública. Sendo responsáveis por este Trabalho o mestrando Antônio Deiró França, que visa elaborar um estudo sobre conselho Comunitário de Segurança Pública no Bairro da Paz: Uma intervenção a partir do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos como unidade mobilizadora.

Solicito a sua colaboração na resposta franca aos quesitos abaixo, como forma de aprimoramento das estratégias de segurança pública, na busca de uma convivência em sociedade mais pacífica.

Instituição do entrevistado: _____

Nome do entrevistado: _____

Local da entrevista: _____

Data: _____

Horário: _____

- 1- Qual é a visão do Senhor em relação aos Conselhos Comunitários de Segurança Pública?
- 2- O que precisa melhorar para a aplicação do policiamento comunitário no Bairro da Paz?
- 3- Quais são as metas para o desenvolvimento de uma maior comunicação entre a PM e a comunidade?
- 4- Como o Senhor avalia a proposta de criação de Conselhos Comunitários no ambiente escolar?
- 5- Qual é a mensagem que o Senhor deixaria para as escolas, famílias e os alunos que farão parte deste processo de criação de um Conselho Comunitário?

Muito obrigado pela vossa colaboração!

APÊNDICE E – ENTREVISTA PARA OS POLICIAIS MILITARES

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA OS POLICIAIS

Este formulário de entrevista é parte integrante do Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública. Sendo responsáveis por este Trabalho o mestrando Antônio Deiró França, que visa elaborar um estudo sobre conselho Comunitário de Segurança Pública no Bairro da Paz: Uma intervenção a partir do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos como unidade mobilizadora.

Solicito a sua colaboração na resposta franca aos quesitos abaixo, como forma de aprimoramento das estratégias de segurança pública, na busca de uma convivência em sociedade mais pacífica.

Instituição do entrevistado (a): _____

Nome do entrevistado(a): _____

Local da entrevista: _____

Data: _____

Horário: _____

- 1- Qual é a visão do Senhor (a) em relação aos Conselhos Comunitários de Segurança Pública ?
- 2- O que precisa melhorar para a aplicação do policiamento comunitário no Bairro da Paz?
- 3- Quais são as estratégias que a Instituição encontra-se desenvolvendo para que haja uma maior comunicação entre a PM e a comunidade?
- 4- Como o Senhor(a) avalia a proposta de criação de Conselhos Comunitários no ambiente escolar?
- 5- Qual é a mensagem que o Senhor(a) deixaria para as escolas, famílias e os alunos que farão parte deste processo de criação de um Conselho Comunitário?

Muito obrigado pela vossa colaboração!

APÊNDICE F – CONTEÚDO DA SENSIBILIZAÇÃO



Figura 7: Atividades de sensibilização para os responsáveis dos alunos do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos e para a comunidade.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.



Figura 8: Reunião de articulação com a comissão mobilizadora composta pelos alunos do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.



Figura 9: Reunião com a comissão de lideranças da comunidade do Bairro da Paz.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.



Figura 10: Reunião com os docentes e gestores do Colégio Mestre Paulo dos Anjos.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.



Figura 11: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

2 O que é Segurança Pública?

São as atitudes que o Estado (os três Poderes) toma para garantir (pelo menos teoricamente) a segurança da população e seus bens;

É um sistema integrado de organizações que envolve desde a prevenção contra delitos até a reparação dos danos causados;

O conjunto de ações que visam antes de tudo zelar pela vida, a liberdade e a proteção do patrimônio;

O complemento de outras políticas sociais, como: educação, saúde, igualdade social, cidadania, etc.;

O meio pelo qual o Estado e a Sociedade buscam garantir a paz pública para todos.

Figura 12: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.



Figura 13: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.



Figura 14: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

4 Como vemos a Segurança Pública?

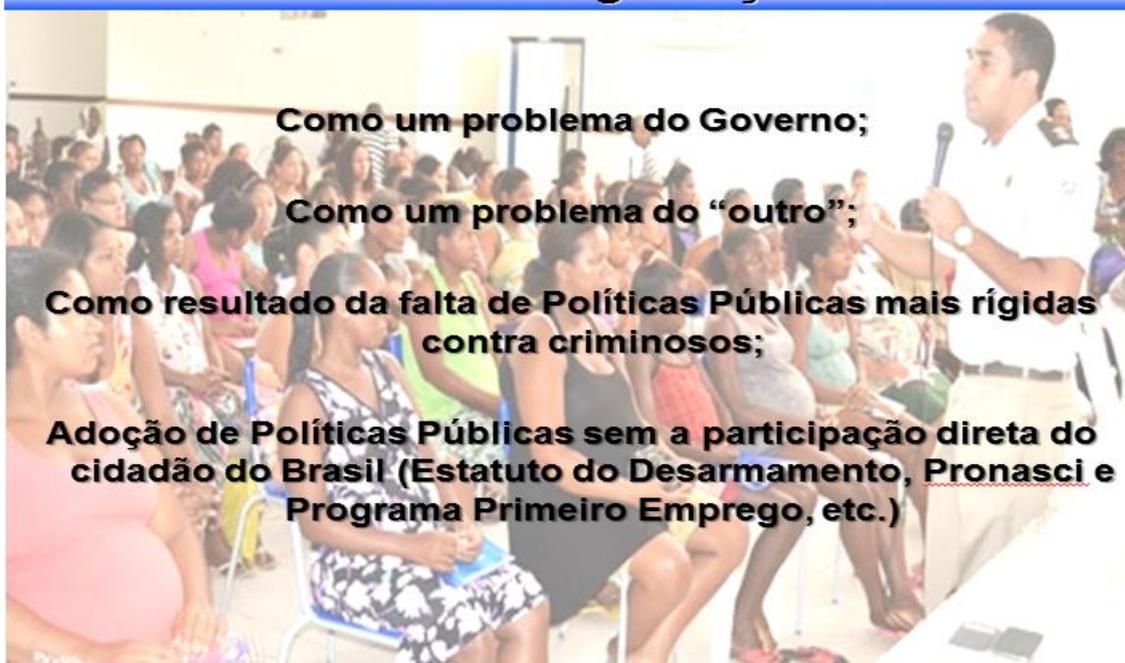


Figura 15: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

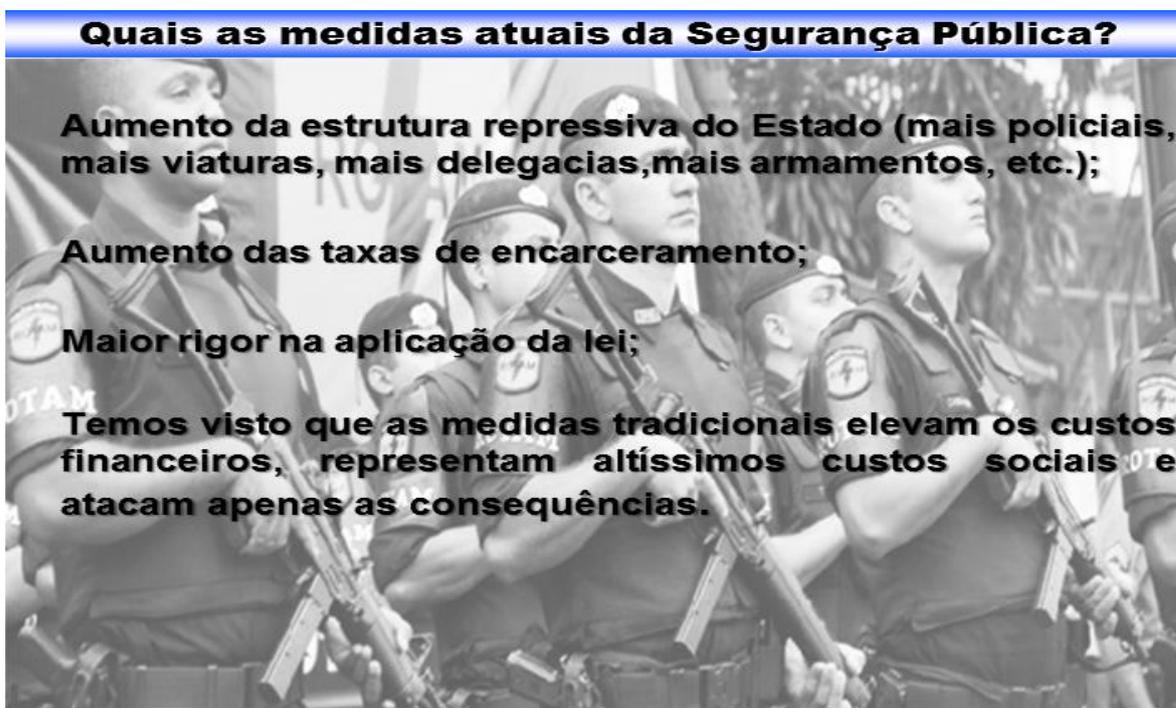


Figura 16: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Quais as alternativas à Segurança Pública?

Enquanto cidadão integrante da sociedade, as minhas ações repercutem na formação dessa mesma sociedade;

A repressão não é a única forma de lidarmos com os problemas de Segurança Pública;

A prevenção é construída através de ações individuais, mas principalmente coletivas;

A omissão é o pior dos crimes...

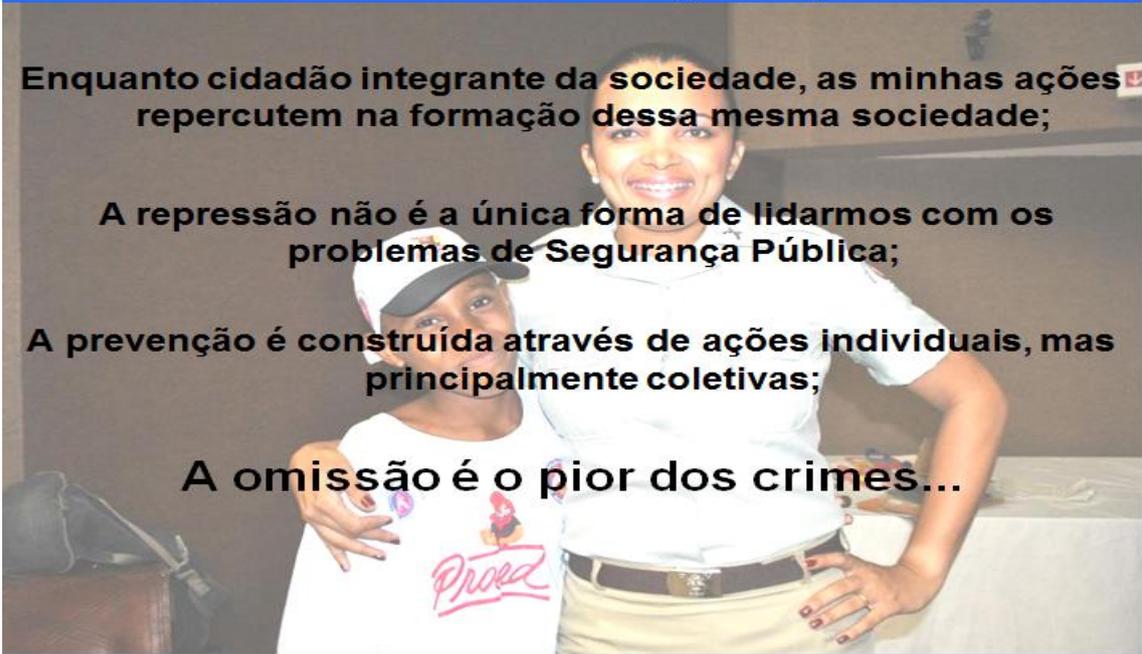


Figura 17: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

5 E a Mobilização Social?

Mobilização social ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, cotidianamente, resultados desejados por todos.

(por José Bernardo Toro)

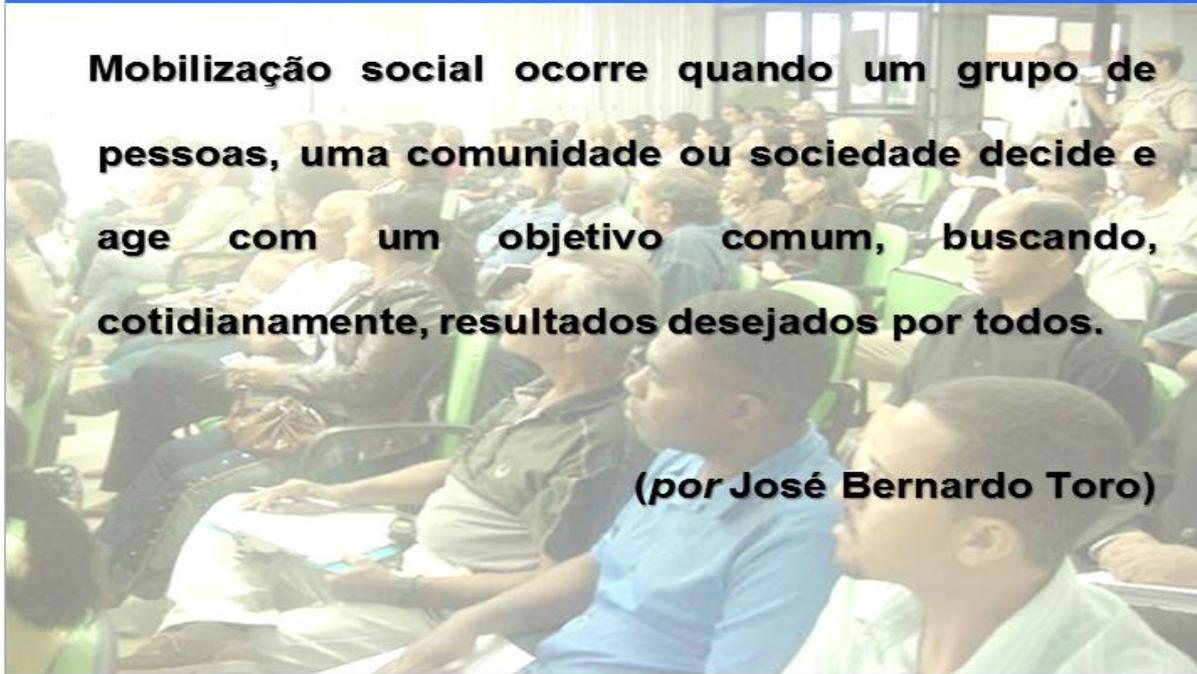


Figura 18: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

6 O que é Policiamento Comunitário?

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar em conjunto para identificar, priorizar e resolver problemas, tais como: crimes de modo geral, tráfico de drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, enfim a decadência do bairro, a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas na área.

Robert Troianowicz e Bonnie Bucqueroux
Policiamento Comunitário: Como começar

Figura 19: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

O que é o Conselho Comunitário de Segurança?

O Conselho Comunitário de Segurança Pública de Valéria, será uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro na (rua, nº, bairro, CEP) Estado da Bahia, de duração indeterminada, com número de participantes ilimitado, que tem por finalidade ser o canal de comunicação entre o Sistema de Segurança Pública e de Defesa Social e o cidadão – cliente, com vistas à parceria nas atividades de preservação da ordem pública.

Figura 20: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.



Figura 21: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

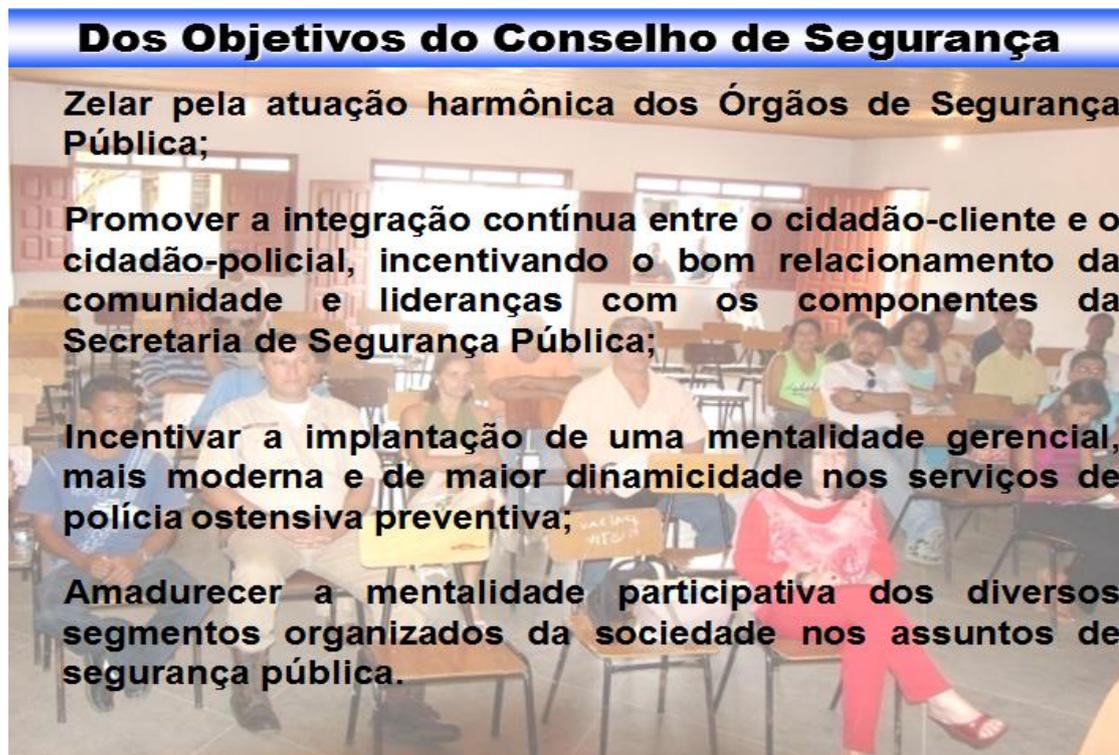


Figura 22: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

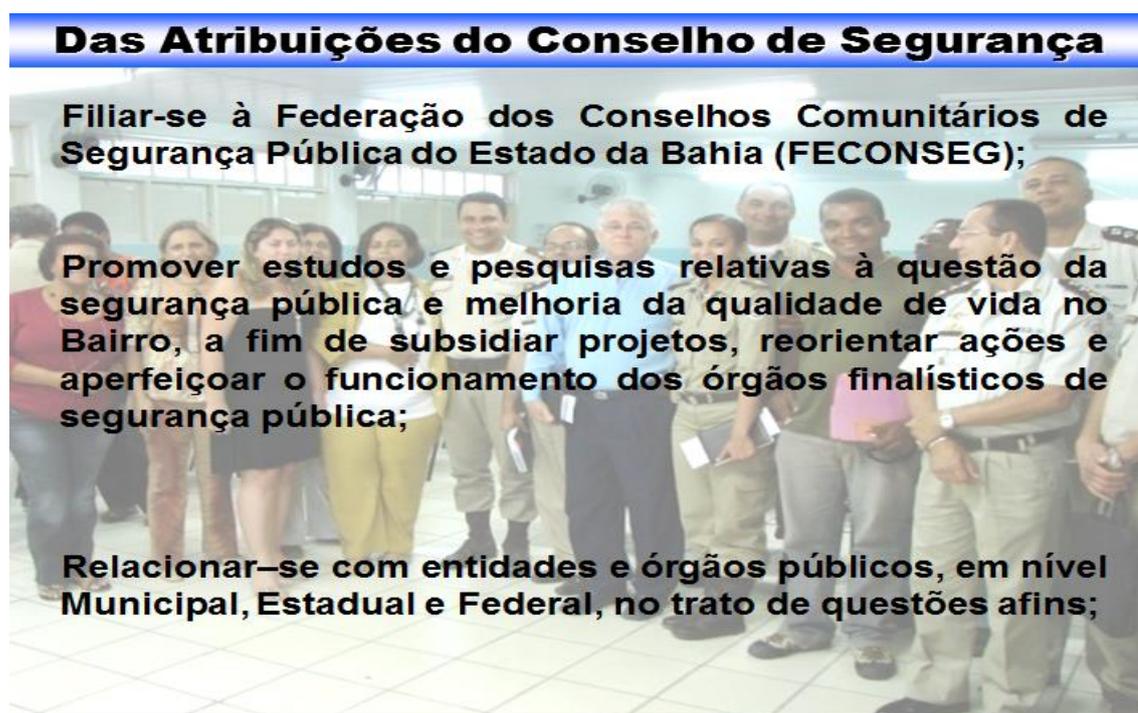


Figura 23: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Órgãos dos Conselhos de Segurança

- **Assembléia Geral**
- **Diretoria Executiva**
- **Conselho Fiscal**
- **Conselho Consultivo**

Figura 24: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

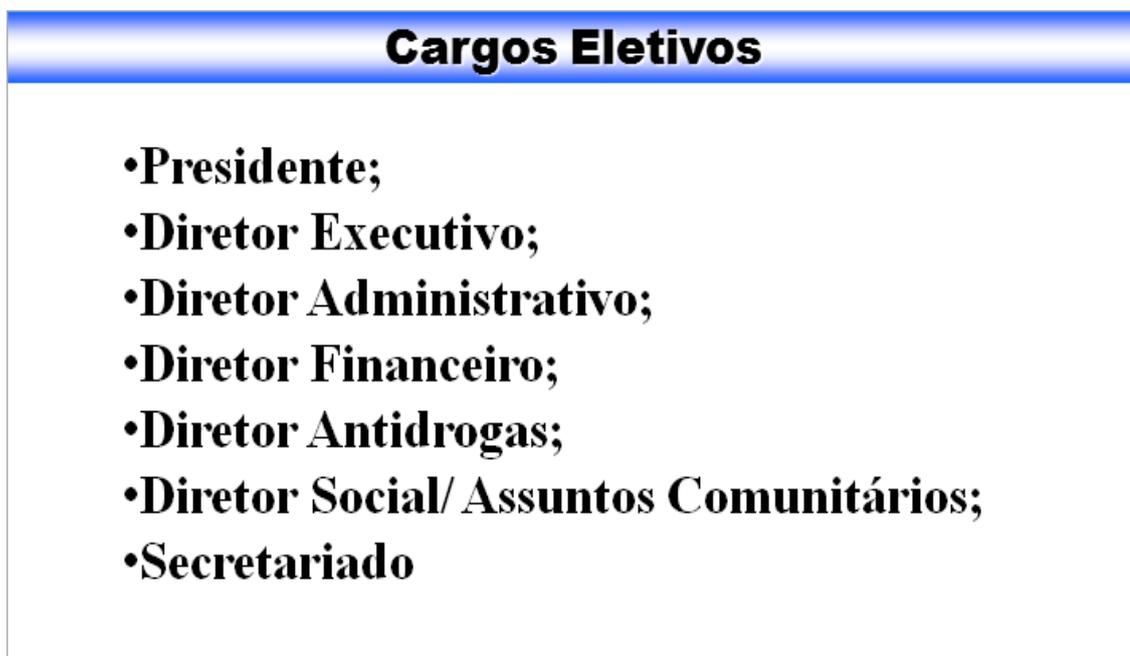


Figura 25: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

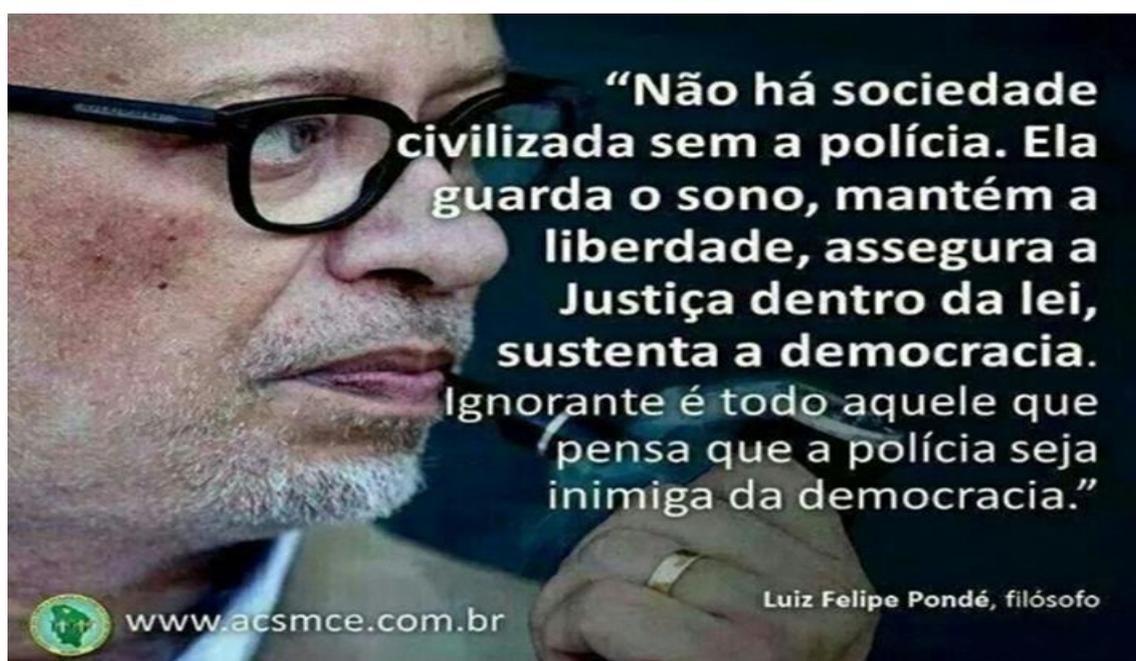


Figura 26: Conteúdo da sensibilização sobre a criação do Conselho Comunitário.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.